

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	21
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	131
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	132
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	668.034
Preferenciais	157.727
Total	825.761
Em Tesouraria	
Ordinárias	148.282
Preferenciais	1.812
Total	150.094

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	66.904.534	65.545.588
1.01	Ativo Circulante	16.436.011	12.472.401
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.798.876	1.518.584
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.823	18.153
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.823	18.153
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	16.823	18.153
1.01.03	Contas a Receber	1.673.112	2.428.751
1.01.03.01	Clientes	1.673.112	2.428.751
1.01.04	Estoques	29.461	34.658
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.447	370.076
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.447	370.076
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.838.292	8.102.179
1.01.08.03	Outros	7.838.292	8.102.179
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	306	103.537
1.01.08.03.03	Outros Tributos	233.597	210.603
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	806.556	887.449
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	891.270	891.270
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	4.978	700
1.01.08.03.08	Despesas Antecipadas	61.772	26.046
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	5.186.235	5.455.262
1.01.08.03.10	Demais Ativos	653.578	527.312
1.02	Ativo Não Circulante	50.468.523	53.073.187
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.094.461	21.118.008
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21.181	20.580
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	21.181	20.580
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.755.045	3.374.321
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.755.045	3.374.321
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.933.756	3.353.617
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.933.756	3.353.617
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.384.479	14.369.490
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.645.335	8.426.835
1.02.01.09.04	Outros Tributos	200.022	194.696
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	122.561	124.289
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.054.030	5.290.136
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	8.055	7.905
1.02.01.09.08	Demais Ativos	354.476	325.629
1.02.02	Investimentos	16.833.209	17.144.175
1.02.02.01	Participações Societárias	16.833.209	17.144.175
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.807.519	17.118.485
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	25.690
1.02.03	Imobilizado	5.974.674	6.011.010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.686.229	5.879.267
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	288.445	131.743
1.02.04	Intangível	8.566.179	8.799.994
1.02.04.01	Intangíveis	8.566.179	8.799.994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.04.01.02	Software	76.384	97.576
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	108.246	107.567
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	8.303.212	8.516.115
1.02.04.01.06	Outros	78.337	78.736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	66.904.534	65.545.588
2.01	Passivo Circulante	8.551.579	13.422.188
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	116.294	168.660
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	116.294	168.660
2.01.02	Fornecedores	1.423.381	1.388.520
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.423.381	1.388.520
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.545	82.009
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	59.545	82.009
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	59.545	82.009
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.497.068	5.257.349
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.497.068	5.257.349
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.185.219	2.338.889
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	311.849	2.918.460
2.01.05	Outras Obrigações	3.715.753	5.759.100
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	158.976	245.076
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	158.976	245.076
2.01.05.02	Outros	3.556.777	5.514.024
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	28.131	65.663
2.01.05.02.04	Outros Tributos	777.725	762.079
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	54.040	42.694
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.381.925	1.890.443
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	7.422	0
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	307.534	2.753.145
2.01.06	Provisões	739.538	766.550
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	739.538	766.550
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	22.904	23.092
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.063	45.001
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	164.383	144.337
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	507.188	554.120
2.02	Passivo Não Circulante	41.013.244	32.914.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.036.239	14.931.006
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.036.239	14.931.006
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.292.750	4.318.746
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.743.489	10.612.260
2.02.02	Outras Obrigações	24.708.094	15.776.208
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.506.681	12.790.445
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	21.506.681	12.790.445
2.02.02.02	Outros	3.201.413	2.985.763
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	409.807	436.961
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	835.792	521.395
2.02.02.02.05	Outros Tributos	143.683	126.253
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	1.812.131	1.901.154
2.02.04	Provisões	2.268.911	2.207.728
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.268.911	2.207.728
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.266	22.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	492.236	485.759
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	399.478	399.396
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.353.931	1.299.887
2.03	Patrimônio Líquido	17.339.711	19.208.458
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	7.711.282	7.711.282
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	8.658.079	8.658.079
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.745.251	-9.905.911
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-373.513	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	308.819	338.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.481.152	1.590.084
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.029.166	-676.912
3.03	Resultado Bruto	451.986	913.172
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-809.179	-640.406
3.04.01	Despesas com Vendas	-247.642	-278.708
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-320.472	-323.925
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	164.955	57.801
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-136.226	-206.426
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-269.794	110.852
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-357.193	272.766
3.06	Resultado Financeiro	-1.683.397	-888.324
3.06.01	Receitas Financeiras	1.279.133	181.371
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.962.530	-1.069.695
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.040.590	-615.558
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	201.250	246.686
3.08.01	Corrente	-4.665	-10.769
3.08.02	Diferido	205.915	257.455
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.839.340	-368.872
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-32.445
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-32.445
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.839.340	-401.317
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,72	-0,48
3.99.01.02	PN	-2,72	-0,48
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,72	-0,48
3.99.02.02	PN	-2,72	-0,48

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.839.340	-401.317
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-29.407	754.586
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	358.800	26.049
4.02.02	Ganho (Perda) Reflexa de Contabilidade de "hedge"	20.790	-14.182
4.02.03	Ganho Atuarial	0	17.764
4.02.04	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	-233.460	351.058
4.02.05	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	-53.545	144.062
4.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	-960
4.02.07	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-121.992	-14.897
4.02.08	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	245.692
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.868.747	353.269

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-221.055	-551.093
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	152.533	507.932
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-2.040.590	-615.558
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-1.479.939	2.728.390
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	2.831.070	-1.830.188
6.01.01.04	Depreciação e amortização	536.927	228.417
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	12.570	33.524
6.01.01.06	Provisões	77.884	106.165
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	2.473	2.249
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	269.794	-110.852
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	4.339	793
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	7.422	9.613
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	-39.152	0
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	-18.091	-43.862
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	62.629	17.058
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	352	13.780
6.01.01.15	Outros	-75.155	-31.597
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	84.238	-518.626
6.01.02.01	Contas a receber	743.069	-400.992
6.01.02.02	Estoques	5.197	1.331
6.01.02.03	Tributos	-21.301	-161.725
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-18.151	-194.880
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	19.893	199.743
6.01.02.06	Fornecedores	-62.145	181.126
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-13.212	-20.434
6.01.02.08	Provisões	-83.590	-79.316
6.01.02.09	Outras contas ativas e passivas	-485.522	-43.479
6.01.03	Outros	-457.826	-540.399
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-434.814	-525.269
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-5.357	-38
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-17.655	-15.092
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.007.764	-545.172
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-172.991	-132.686
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberação	-551.813	-201.040
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimento	2.001.745	84.800
6.02.04	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	40.192	11
6.02.05	Depósitos e bloqueios judiciais	-218.278	-407.578
6.02.06	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	67.545	110.899
6.02.07	Aumento de capital em controladas	-2.174.164	0
6.02.08	Aumento/Redução de investimentos permanentes	0	422

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.509.267	1.325.959
6.03.01	Captações líquidas de custos	0	531.032
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-2.962.576	-27.249
6.03.03	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Captações	20.698.527	408.782
6.03.04	Débitos com partes relacionadas e debêntures - Pagamentos	-10.881.474	-296.809
6.03.05	(Pagamentos) Recebimentos de operações de instrumentos financeiros derivativos	-327.054	726.582
6.03.06	Programa de refinanciamento fiscal	-16.160	-15.200
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-1.996	-1.179
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-156	-7.056
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.280.292	222.638
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.518.584	354.084
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.798.876	576.722

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.839.340	-29.407	-1.868.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.839.340	0	-1.839.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-29.407	-29.407
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	236.808	236.808
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	0	0	0	0	20.790	20.790
5.05.02.08	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-233.460	-233.460
5.05.02.09	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-53.545	-53.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-11.745.251	-64.694	17.339.711

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-401.317	485.665	84.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-401.317	0	-401.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	485.665	485.665
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	17.192	17.192
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	0	0	0	0	-14.182	-14.182
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	11.724	11.724
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo	0	0	0	0	8.202	8.202
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	460.214	460.214
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	130.325	130.325
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	141.111	141.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.425.501	494.036	17.886.640

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	2.095.427	2.108.568
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.946.403	2.089.026
7.01.02	Outras Receitas	161.594	53.066
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-12.570	-33.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-837.280	-840.958
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-214.818	-237.932
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-607.956	-585.115
7.02.04	Outros	-14.506	-17.911
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.258.147	1.267.610
7.04	Retenções	-739.685	-446.581
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-536.927	-228.417
7.04.02	Outras	-202.758	-218.164
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-140.513	-123.223
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	0	-32.445
7.04.02.03	Outras Despesas	-62.245	-62.496
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	518.462	821.029
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.009.339	292.223
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-269.794	110.852
7.06.02	Receitas Financeiras	1.279.133	181.371
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.527.801	1.113.252
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.527.801	1.113.252
7.08.01	Pessoal	59.891	123.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.530	89.343
7.08.01.02	Benefícios	19.206	24.568
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.874	6.883
7.08.01.04	Outros	2.281	2.690
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	188.803	234.227
7.08.02.01	Federais	-179.744	-170.185
7.08.02.02	Estaduais	364.788	400.267
7.08.02.03	Municipais	3.759	4.145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.118.447	1.156.858
7.08.03.01	Juros	2.947.702	1.052.611
7.08.03.02	Aluguéis	170.745	104.247
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.839.340	-401.317
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.839.340	-401.317

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	93.327.760	103.007.600
1.01	Ativo Circulante	29.202.301	38.067.009
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.288.499	14.898.063
1.01.02	Aplicações Financeiras	108.551	1.801.720
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	108.551	1.801.720
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	108.551	1.801.720
1.01.03	Contas a Receber	8.553.732	8.379.719
1.01.03.01	Clientes	8.553.732	8.379.719
1.01.04	Estoques	362.854	351.993
1.01.06	Tributos a Recuperar	306.919	915.573
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	306.919	915.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.581.746	11.719.941
1.01.08.03	Outros	11.581.746	11.719.941
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	341.555	606.387
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.174.811	1.258.227
1.01.08.03.03	Outros Tributos	978.362	922.986
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	5.530	753
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	882.119	293.036
1.01.08.03.08	Ativos Mantidos para Venda	7.220.288	7.686.298
1.01.08.03.09	Demais Ativos	979.081	952.254
1.02	Ativo Não Circulante	64.125.459	64.940.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.470.347	26.906.749
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	129.639	125.966
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	129.639	125.966
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.297.054	5.795.806
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.297.054	5.795.806
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.043.654	20.984.977
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.484.047	13.119.130
1.02.01.09.04	Outros Tributos	649.018	659.899
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	126.894	129.128
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.499.987	6.780.316
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	59.137	71.194
1.02.01.09.08	Demais Ativos	224.571	225.310
1.02.02	Investimentos	153.729	154.890
1.02.02.01	Participações Societárias	153.729	154.890
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	40.719	39.003
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	113.010	115.887
1.02.03	Imobilizado	25.961.850	26.010.112
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.931.674	24.353.531
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.030.176	1.656.581
1.02.04	Intangível	11.539.533	11.868.840
1.02.04.01	Intangíveis	11.539.533	11.868.840
1.02.04.01.02	Software	1.299.525	1.369.411
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	132.323	125.841
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	9.619.598	9.876.948

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.04.01.06	Ágio	246.031	246.527
1.02.04.01.07	Outros	242.056	250.113

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	93.327.760	103.007.600
2.01	Passivo Circulante	21.839.864	25.574.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	645.112	660.415
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	645.112	660.415
2.01.02	Fornecedores	5.201.887	5.004.833
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.201.887	5.004.833
2.01.03	Obrigações Fiscais	188.188	339.624
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	188.188	339.624
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	188.188	339.624
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.072.438	11.809.598
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.072.438	11.809.598
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.763.877	3.806.822
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.308.561	8.002.776
2.01.05	Outras Obrigações	6.594.964	6.594.018
2.01.05.02	Outros	6.594.964	6.594.018
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	57.405	96.433
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.650.958	1.988.948
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.515.529	1.553.651
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	90.186	78.432
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	975.448	911.930
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	596.648	745.000
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	708.790	1.219.624
2.01.06	Provisões	1.137.275	1.165.583
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.137.275	1.165.583
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	82.337	81.529
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	161.476	169.691
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	164.654	144.589
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	728.808	769.774
2.02	Passivo Não Circulante	53.014.713	57.034.524
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	43.566.394	48.047.819
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	43.566.394	48.047.819
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.985.738	9.115.443
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.580.656	38.932.376
2.02.02	Outras Obrigações	5.505.309	5.173.302
2.02.02.02	Outros	5.505.309	5.173.302
2.02.02.02.03	Outros Tributos	956.789	924.337
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	922.356	521.395
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	7.005	6.607
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	683.907	716.656
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	2.935.252	3.004.307
2.02.04	Provisões	3.943.010	3.813.403
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.943.010	3.813.403
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	433.628	410.828
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	694.458	679.786
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	399.514	399.431

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.415.410	2.323.358
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	18.473.183	20.399.005
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.374
2.03.02	Reservas de Capital	7.711.282	7.711.282
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-5.531.092
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	1.933.200
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	8.658.079	8.658.079
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.745.251	-9.905.911
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-373.513	-373.513
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	308.819	338.226
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.133.472	1.190.547

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.755.111	7.039.935
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.387.403	-3.794.762
3.03	Resultado Bruto	2.367.708	3.245.173
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.233.877	-2.452.302
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.058.009	-1.147.766
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-923.665	-949.395
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	370.412	184.778
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-622.268	-540.351
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-347	432
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	133.831	792.871
3.06	Resultado Financeiro	-1.902.802	-1.269.087
3.06.01	Receitas Financeiras	278.088	306.921
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.180.890	-1.576.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.768.971	-476.216
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.915	62.120
3.08.01	Corrente	-156.479	-271.043
3.08.02	Diferido	110.564	333.163
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.814.886	-414.096
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-32.445
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-32.445
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.814.886	-446.541
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.839.340	-401.317
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	24.454	-45.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,72	-0,48
3.99.01.02	PN	-2,72	-0,48
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,72	-0,48
3.99.02.02	PN	-2,72	-0,48

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.814.886	-446.541
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-29.407	754.586
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	390.300	11.867
4.02.02	Ganho Atuarial	0	17.764
4.02.03	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	-287.005	495.120
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes	0	-960
4.02.05	Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes	-132.702	-14.897
4.02.06	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	245.692
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.844.293	308.045
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.868.747	353.269
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	24.454	-45.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	597.394	223.754
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.804.069	2.341.260
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-1.768.971	-476.216
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	-1.710.597	3.716.355
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	3.183.191	-2.563.395
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.631.843	1.218.388
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	127.574	169.276
6.01.01.06	Provisões	204.955	223.144
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	2.665	2.271
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	347	-432
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	5.102	1.298
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	23.678	28.596
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	356	3.350
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	136.690	52.576
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	3.630	23.780
6.01.01.14	Outros	-36.394	-57.731
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-284.473	-1.347.751
6.01.02.01	Contas a receber	-300.815	-794.650
6.01.02.02	Estoques	-11.052	23.249
6.01.02.03	Tributos	-222.416	-345.477
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-648.181	-661.484
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.356.421	687.891
6.01.02.06	Fornecedores	-34.067	-2.258
6.01.02.07	Salários, encargos sociais e benefícios	-15.659	-81.104
6.01.02.08	Provisões	-204.296	-190.324
6.01.02.09	Variação de ativos e passivos mantidos para venda	-96.317	0
6.01.02.10	Outras contas ativas e passivas	-1.108.091	-468.936
6.01.02.11	Fluxo das atividades operacionais das operações descontinuadas	0	485.342
6.01.03	Outros	-922.202	-769.755
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-812.278	-701.338
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-39.310	-3.320
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-70.614	-65.097
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.243.505	-1.271.997
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-977.225	-970.017
6.02.02	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	203	3.698
6.02.03	Depósitos e bloqueios judiciais	-374.015	-466.813
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	107.532	154.288
6.02.05	Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	0	201.591
6.02.06	Aumento/Redução de investimentos permanentes	0	-5
6.02.07	Fluxo das atividades de investimento das operações descontinuadas	0	-194.739

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.960.680	456.885
6.03.01	Captações líquidas de custos	0	531.343
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-5.749.283	-397.853
6.03.03	(Pagamentos) Recebimentos de operações com instrumentos financeiros derivativos	-184.759	839.773
6.03.04	Programa de refinanciamento fiscal	-24.625	-22.978
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.013	-1.206
6.03.06	Fluxo das atividades de financiamento das operações descontinuadas	0	-492.194
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.773	-36.009
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.609.564	-627.367
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.898.063	2.449.206
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.288.499	1.821.839

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458	1.190.547	20.399.005
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-9.905.911	-35.287	19.208.458	1.190.547	20.399.005
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.839.340	-29.407	-1.868.747	-57.075	-1.925.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.839.340	0	-1.839.340	24.454	-1.814.886
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-29.407	-29.407	-81.529	-110.936
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	236.808	236.808	0	236.808
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	0	0	0	0	20.790	20.790	0	20.790
5.05.02.08	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-233.460	-233.460	-81.529	-314.989
5.05.02.09	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior Reflexa	0	0	0	0	-53.545	-53.545	0	-53.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.438.374	7.711.282	0	-11.745.251	-64.694	17.339.711	1.133.472	18.473.183

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	-1.230.340	-1.933.354	0	3.163.540	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-401.317	485.665	84.348	-6.282	78.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-401.317	0	-401.317	-45.224	-446.541
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	485.665	485.665	38.942	524.607
5.05.02.06	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	17.192	17.192	0	17.192
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	0	0	0	0	-14.182	-14.182	0	-14.182
5.05.02.08	Ganho Atuarial	0	0	0	0	11.724	11.724	0	11.724
5.05.02.09	Ganho Atuarial Reflexo	0	0	0	0	8.202	8.202	0	8.202
5.05.02.10	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	460.214	460.214	38.942	499.156
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	130.325	130.325	0	130.325
5.05.02.12	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921	0	-268.921
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	141.111	141.111	0	141.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.438.374	379.731	0	-4.425.501	494.036	17.886.640	1.502.915	19.389.555

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	8.978.644	9.159.945
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.749.902	9.151.244
7.01.02	Outras Receitas	356.316	177.977
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-127.574	-169.276
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.122.621	-3.321.326
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-441.325	-676.847
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.461.835	-2.428.298
7.02.04	Outros	-219.461	-216.181
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.856.023	5.838.619
7.04	Retenções	-2.135.828	-1.598.833
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.631.843	-1.218.388
7.04.02	Outras	-503.985	-380.445
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-341.645	-275.720
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	0	-32.445
7.04.02.03	Outras Despesas	-162.340	-72.280
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.720.195	4.239.786
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	277.741	307.353
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-347	432
7.06.02	Receitas Financeiras	278.088	306.921
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.997.936	4.547.139
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.997.936	4.547.139
7.08.01	Pessoal	605.867	551.041
7.08.01.01	Remuneração Direta	424.399	394.411
7.08.01.02	Benefícios	122.990	110.651
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.499	31.295
7.08.01.04	Outros	17.979	14.684
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.991.005	2.024.670
7.08.02.01	Federais	355.831	340.564
7.08.02.02	Estaduais	1.594.497	1.645.549
7.08.02.03	Municipais	40.677	38.557
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.215.950	2.417.969
7.08.03.01	Juros	2.119.136	1.531.534
7.08.03.02	Aluguéis	1.096.814	886.435
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.814.886	-446.541
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.839.340	-401.317
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	24.454	-45.224

Comentário do Desempenho

1T16

RELATÓRIO TRIMESTRAL

Informações e Resultados Consolidados
(Não Auditados)

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. e de suas controladas diretas e indiretas no primeiro trimestre de 2016.

oi



Teleconferência em Português

TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA

12 de maio de 2016
10h00 (Brasília)
9h00 (NY) / 14h00 (UK)
Webcast: [Clique aqui](#)
Telefone: +55 (11) 2188-0155 /
Senha: Oi
Replay disponível até 18/05/2016:
+55 (11) 2188-0400 / Senha: Oi

Teleconferência em Inglês

12 de maio de 2016
10h00 (Brasília)
9h00 (NY) / 14h00 (UK)
Webcast: [Clique aqui](#)
Telefone: +1-646-843-6054 (EUA) /
+1-866-890-2584 (Outros) / Senha: Oi
Replay disponível até 18/05/2016:
+1-646-843-6054 / Senha: Oi



FOCO NO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DO NEGÓCIO

- A Oi vem concentrando seus esforços na transformação do negócio, como parte de um plano de longo prazo baseado em quatro pilares: convergência, digitalização, austeridade nos custos e experiência do cliente.
- Como parte deste processo, em março a Companhia lançou a evolução de sua marca, agora com uma proposta mais abrangente, reforçando o posicionamento de promover uma cultura colaborativa com o propósito de potencializar as conexões que impulsionam as pessoas.
- Nesse ambiente em transformação, a Companhia continua progredindo operacionalmente, capturando as mudanças na dinâmica do mercado e construindo a base para um crescimento sustentável e de longo prazo.
- O Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 4.853 milhões no 1T16, queda anual de 1,2% em um período em que a inflação atingiu 9,4%, o que indica uma redução real dos custos de cerca de 10%. Esse desempenho reforça a disciplina e compromisso da Oi na eficiência operacional e melhoria da produtividade, além do foco na qualidade da prestação dos serviços com resultado direto na redução dos custos operacionais.
- O ARPU do segmento Residencial atingiu R\$ 80,8 no 1T16, +4,2% versus 1T15, resultado da estratégia de rentabilização de base através da oferta de planos convergentes e de mais alto valor aos novos clientes e aos atuais. Como destaque, o segmento apresentou (i) aumento da penetração dos planos fixos ilimitados na base de telefonia fixa, atingindo 22,2% da base total da fixa, (ii) aumento da velocidade média da base de clientes de banda larga, que atingiu 5,8 Mbps [+25,2% versus 1T15], e (iii) melhoria do *mix* de clientes de alto valor na TV paga, que quase dobrou, atingindo 24,1% da base total de TV paga. Vale ressaltar a melhoria da tendência de UGRs em todos os três serviços: banda larga e TV paga registraram adições líquidas após quatro trimestres de desconexões líquidas; e a telefonia fixa desconectou 145 mil linhas no trimestre, o menor nível dos últimos três anos.
- Ao final de março de 2016, a Oi lançou o Oi Total em todo o território nacional. Essa nova oferta convergente traz um conceito completamente novo: o multiproduto, que proporciona uma experiência completa e conveniente por meio de uma venda única, instalação conjunta, uma só fatura, e CRM e atendimento ao cliente únicos, além de oferecer o compartilhamento de franquias entre serviços. Os resultados preliminares do Oi Total mostram potencial para alavancar a rentabilização e o crescimento da base residencial. Em março, 19% das vendas do Oi Total Residencial foram para novos clientes, que ainda não possuíam nenhum serviço da Oi.
- No segmento de Mobilidade Pessoal, a receita de dados totalizou R\$ 853 milhões no 1T16, representando 48% da receita de clientes do segmento, um sólido crescimento anual de 24,4%, especialmente considerando o ambiente macroeconômico desafiador. A crescente penetração do 3G/4G, atualmente em 63% da base total, a melhoria no *mix* de vendas e o lançamento do Oi Livre e Oi Mais impulsionaram o aumento da demanda por tráfego de dados. Vale destacar neste trimestre o aumento da penetração das novas ofertas na base total e o crescimento do ARPU dos clientes que adquiriram o Oi Livre ou o Oi Mais. Ao final do primeiro trimestre de 2016, os clientes do Oi Livre já representavam 33% da base total do pré-pago e os clientes que migraram das ofertas antigas para o Oi Livre Por Semana apresentaram um aumento de 19% no volume de recargas. Os clientes Oi Mais representavam 13% da base do pós-pago no trimestre, apresentando um ARPU 32% maior que o de outras ofertas. Estes efeitos reduziram os impactos macroeconômicos no resultado de Mobilidade Pessoal.
- No segmento B2B, o Corporativo continuou a melhorar sua participação em dados e nos serviços de TI, por meio de investimentos em digitalização e de melhorias na experiência do cliente. No segmento PMEs, como resultado de todas as medidas estruturais no ano passado, a Oi apresentou importantes evoluções no trimestre: 65,8% de aumento nas adições brutas e 16% de redução nas contestações relativas a faturas. Destaque para a nova oferta Oi Mais Empresas, baseada no modelo *flat-fee*, e no *app* Oi Mais Empresas, com atendimento digital exclusivo para pequenas e médias empresas, tudo por meio de *smartphones*. Cerca de 80.000 pequenas e médias empresas já ingressaram no novo portfólio e agora se beneficiam deste novo canal de atendimento, que já apresenta mais de 90% de satisfação.
- A receita líquida das operações brasileiras somou R\$ 6.539 milhões no 1T16, -4,4% versus 1T15, impactada, pelos cortes nas tarifas de interconexão (VU-M), pela redução significativa da receita de aparelhos e pela recessão econômica no país. É importante ressaltar que os dois primeiros efeitos não tiveram impacto negativo no EBITDA. Pelo contrário, a terceirização das operações de *handsets* reduz os custos e o capital de giro; e os cortes nas tarifas

DESTAQUES 1T16
Comentário do Desempenho

de VU-M, além de também reduzir custos, alavancam o posicionamento da Oi, que está apoiada nas ligações *all-net*, de forma a capturar valor com o movimento de consolidação de SIM *cards* e o declínio do “efeito comunidade”.

- No 1T16, o EBITDA de rotina Brasil foi de R\$ 1.686 milhões, -12,6% comparado ao 1T15, basicamente em função da queda nas receitas, impactada pela deterioração do ambiente econômico no país. Custos permaneceram sob controle apesar da inflação.
- O Capex aumentou 22,3% na comparação anual, totalizando R\$ 1.204 milhões no trimestre. Os investimentos mais elevados foram concentrados na melhoria e modernização da rede, como parte do plano de transformação, visando apoiar as novas ofertas recentemente lançadas e a continuidade da melhoria da qualidade da experiência dos clientes da Oi. No mesmo período, o fluxo de caixa operacional (EBITDA de rotina menos Capex) das operações brasileiras foi de R\$ 482 milhões.
- A dívida líquida encerrou o 1T16 em R\$ 40.844 milhões, impactada principalmente pelos resultados financeiros, taxa anual regulatória (FISTEL) e pelo aumento nos investimentos.
- Neste trimestre, a Companhia registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 1.644 milhões, impactado majoritariamente pelo resultado financeiro.

DESTAQUES 1T16

Comentário do Desempenho



Sumário

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
OI S.A.					
Receita Líquida Total	6.755	7.040	6.703	-4,0%	0,8%
EBITDA ⁽¹⁾	1.766	2.011	1.706	-12,2%	3,5%
Margem EBITDA [%]	26,1%	28,6%	25,5%	-2,4 p.p.	0,7 p.p.
EBITDA de Rotina	1.776	2.011	1.795	-11,7%	-1,1%
Margem EBITDA de Rotina [%]	26,3%	28,6%	26,8%	-2,3 p.p.	-0,5 p.p.
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado ⁽²⁾	-1.644	-447	-4.551	268,2%	-63,9%
Dívida Líquida	40.844	32.557	38.155	25,5%	7,0%
Caixa Disponível	8.527	2.079	16.826	310,0%	-49,3%
CAPEX	1.252	1.025	1.086	22,2%	15,3%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
BRASIL					
Unidades Geradoras de Receita [Mil]	69.496	73.577	70.048	-5,5%	-0,8%
Residencial	16.170	17.148	16.297	-5,7%	-0,8%
Mobilidade Pessoal	45.559	47.940	45.860	-5,0%	-0,7%
Corporativo / PMEs	7.115	7.836	7.241	-9,2%	-1,7%
Telefones públicos	651	653	651	-0,2%	0,0%
Receita Líquida Total	6.539	6.841	6.531	-4,4%	0,1%
Receita Líquida de Serviços ⁽³⁾	6.480	6.639	6.474	-2,4%	0,1%
Residencial	2.394	2.491	2.392	-3,9%	0,1%
Mobilidade Pessoal	1.974	2.060	2.050	-4,2%	-3,7%
Clientes ⁽⁴⁾	1.784	1.799	1.830	-0,8%	-2,5%
Corporativo / PMEs	2.065	2.019	1.984	2,3%	4,1%
Receita Líquida de Clientes ⁽⁴⁾	6.159	6.203	6.078	-0,7%	1,3%
EBITDA de Rotina	1.686	1.928	1.745	-12,6%	-3,4%
Margem EBITDA de Rotina [%]	25,8%	28,2%	26,7%	-2,4 p.p.	-0,9 p.p.
CAPEX	1.204	984	1.072	22,3%	12,3%
EBITDA de Rotina - CAPEX	482	944	673	-49,0%	-28,4%

(1) O EBITDA consolidado do 4T15 inclui o efeito contábil e não caixa do reconhecimento de perda por imparidade nos investimentos consolidados de África no montante de R\$ 89 milhões que sendo ajustado por este efeito, o EBITDA ficaria em R\$ 1.795 milhões no 4T15.

(2) O prejuízo líquido consolidado do 4T15 foi impactado, principalmente, pelos registros da perda de imparidade nos investimentos não controlados em África e provisão para perdas de IR Diferido, conforme explicado na seção de Lucro [Prejuízo].

(3) Exclui receita de aparelhos.

(4) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Receita Líquida

Tabela 1 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.	Composição %	
						1T16	1T15
Receita Líquida Total	6.755	7.040	6.703	-4,0%	0,8%	100,0%	100,0%
Brasil	6.539	6.841	6.531	-4,4%	0,1%	96,8%	97,2%
Residencial	2.394	2.491	2.392	-3,9%	0,1%	35,4%	35,4%
Mobilidade Pessoal	2.032	2.259	2.106	-10,0%	-3,5%	30,1%	32,1%
Serviços	1.974	2.060	2.050	-4,2%	-3,7%	29,2%	29,3%
Clientes	1.784	1.799	1.830	-0,8%	-2,5%	26,4%	25,6%
Uso de Rede	189	260	219	-27,2%	-13,7%	2,8%	3,7%
Material de Revenda	58	199	56	-70,8%	3,0%	0,9%	2,8%
Corporativo / PMEs	2.065	2.021	1.984	2,2%	4,1%	30,6%	28,7%
Outros serviços	48	70	48	-32,1%	-1,2%	0,7%	1,0%
Outros	217	199	173	8,7%	25,5%	3,2%	2,8%
Brasil							
Receita Líquida de Serviços	6.480	6.639	6.474	-2,4%	0,1%	95,9%	94,3%
Receita Líquida de Clientes	6.159	6.203	6.078	-0,7%	1,3%	91,2%	88,1%

No 1T16, a receita líquida consolidada foi de R\$ 6.755 milhões, uma queda de 4,0% na comparação anual e um crescimento de 0,8% em relação ao trimestre anterior. A receita líquida das operações brasileiras foi de R\$ 6.539 milhões [-4,4% versus 1T15 e +0,1% versus 4T15], enquanto a receita líquida das outras operações internacionais (África e Timor Leste) cresceu 8,7% no comparativo anual e 25,5% em relação ao último trimestre, devido basicamente à variação cambial.

BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") somou R\$ 6.539 milhões no 1T16, uma queda de 4,4% na comparação anual e estável em relação ao trimestre anterior. A variação ocorreu principalmente em função da queda das receitas de interconexão e de venda de aparelhos - na Mobilidade Pessoal -, além da queda da receita de telefonia fixa, parcialmente compensada pelo crescimento da receita de TV paga, no segmento Residencial.

No trimestre, a receita líquida total de serviços, que exclui a receita de aparelhos, atingiu R\$ 6.480 milhões, uma variação anual de -2,4%. A receita líquida total de clientes, que além de excluir a receita de aparelhos exclui também a receita de uso de rede, apresentou uma redução de 0,7% no mesmo período, totalizando R\$ 6.159 milhões no 1T16.

É importante mencionar que o cenário de recessão econômica no país durante os anos de 2015 e 2016 tem impactado também o setor de telecomunicações brasileiro.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Residencial

	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Residencial					
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.394	2.491	2.392	-3,9%	0,1%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	16.170	17.148	16.297	-5,7%	-0,8%
Linhas fixas em serviço	9.874	10.703	10.019	-7,7%	-1,4%
Banda Larga Fixa	5.115	5.213	5.109	-1,9%	0,1%
TV Paga	1.181	1.232	1.169	-4,2%	1,0%
ARPU - Residencial (R\$)	80,8	77,6	79,6	4,2%	1,5%

O segmento Residencial alcançou R\$ 2.394 milhões no 1T16, estável em comparação ao trimestre anterior e -3,9% em relação ao 1T15, esta última justificada principalmente pela menor receita de voz fixa, que absorve os efeitos de redução de base de clientes e da queda das tarifas reguladas de ligações fixo-móvel [VC]. A queda anual de receita de voz fixa foi acompanhada pela estabilidade da receita de banda larga e pelo crescimento da receita de TV, apesar da redução anual da base de clientes nesses dois produtos. Isso demonstra o sucesso da estratégia da Companhia em rentabilizar a base existente através do *upselling* e *cross selling* de serviços e da busca por novos clientes com melhor *mix* de aquisição.

No 1T16, a Oi registrou 16.170 mil UGRs no segmento Residencial, uma queda de 5,7% em relação ao 1T15 e de 0,8% comparado ao trimestre anterior. Vale ressaltar aqui a desaceleração contínua das desconexões líquidas em todos os serviços do segmento Residencial desde o segundo trimestre de 2015. No 1T16, banda larga e TV paga passaram a registrar adições líquidas e as linhas fixas apresentaram o menor nível de desconexão dos últimos 3 anos, consequência das ações de retenção e a retomada comercial com o lançamento do novo portfólio de ofertas.

Ao final de março de 2016, a Oi lançou, em nível nacional, a oferta Oi Total, que não apenas combina os 4 serviços oferecidos pela Oi (telefonia fixa, banda larga, TV e mobilidade já no modelo *all-net*), mas também oferece aos seus clientes uma experiência conveniente e completa. Com um atendimento único, cobrança integrada em única fatura e instalação conjunta, esta oferta também possibilita o compartilhamento das franquias entre os serviços, um diferencial da Oi entre as ofertas convergentes disponíveis no mercado. Além de uma experiência melhor ao cliente, o Oi Total tem uma proposta de aumentar a rentabilidade da base por oferecer um maior número de serviços por usuário, resultando também na fidelização dos clientes e redução das taxas de *churn*. Adicionalmente, a integração dos sistemas e processos internos envolvida na oferta do Oi Total gera ganhos importantes de eficiência operacional. Em outras palavras, essa oferta foi desenhada com base em três importantes pilares do plano de transformação: convergência, experiência do cliente e eficiência operacional, sendo, portanto, uma alavanca fundamental para sustentar o crescimento do segmento Residencial para os próximos anos.

ARPU Residencial

O ARPU residencial atingiu R\$ 80,8 no 1T16, crescimento de 4,2% em relação ao 1T15 e de 1,5% na comparação sequencial. Esse desempenho é resultado da estratégia de rentabilização de base através da oferta de mais serviços e de mais alto valor aos clientes novos e atuais. Com isso, no trimestre o percentual de clientes com mais de um produto Oi alcançou 63,6% no 1T16, +1,5 p.p. comparado ao 1T15, que acaba gerando também resultados positivos nas taxas de *churn*.

Fixo

A Oi encerrou o 1T16 com 9.874 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial [-7,7% em relação ao 1T15 e -1,4% na comparação com o 4T15]. Destaca-se aqui a melhora do nível de desconexões líquidas, que atingiu 145 mil linhas fixas no 1T16, menor nível dos últimos três anos.

O ARPU do serviço de telefonia fixa continuou crescendo na comparação anual [+2,5%], enquanto o *mix* de ofertas de baixo valor [*low-end*] nas adições brutas apresentou queda anual [-23,4 p.p.] e as taxas de *churn* permaneceram em

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



declínio. A evolução positiva desses dados revela a melhora na qualidade das vendas da Oi, com foco na convergência de produtos, rentabilização da base e fidelização dos clientes.

Como forma de reduzir a exposição da base de telefonia fixa e fidelizar a base residencial aumentando o “*share of wallet*” dos domicílios com serviços Oi, a Companhia vem concentrando seus esforços na venda de ofertas convergentes que apresentam taxas de *churn* inferiores e ARPU's superiores a dos produtos avulsos.

Neste contexto, os resultados preliminares do Oi Total têm mostrado o potencial da nova oferta não apenas para a rentabilização da base, mas também no crescimento das vendas. De agosto de 2015 até março de 2016, o percentual de vendas do Oi Total Residencial para novos clientes passou de 10,0% para 18,7%. Já o ARPU da base de planos convergentes cresceu 5% na comparação anual.

No 1T16, a oferta Oi Conta Total (OCT) correspondeu a 10,9% da base de telefonia fixa do Residencial, com uma taxa de *churn* cerca de 26,7% menor que a taxa da linha fixa avulsa. Essa oferta deixou de ser comercializada após o lançamento nacional do Oi Total ao final do 1T16. A base do OCT foi mantida, porém a Companhia já iniciou um trabalho ativo de migração dos clientes para o plano Oi Total Conectado, seguindo um plano de retenção com rentabilização.

A outra oferta convergente da Companhia, Oi Voz Total (OVT), que combina telefonia fixa com móvel pré-pago, correspondeu a 14,8% da base de telefonia fixa do segmento no 1T16, com uma taxa de *churn* cerca de 12,4% inferior à da oferta avulsa de linha fixa. A penetração média de chips por cliente na oferta OVT ficou em 1,6 no trimestre.

Vale destacar também o aumento de 3,3 p.p. da penetração dos planos fixos ilimitados na base de telefonia fixa, atingindo 22,2% da base no 1T16, o que reforça a estratégia do segmento de rentabilização e fidelização da base.

Banda Larga

A Companhia encerrou o 1T16 com 5.115 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial (-1,9% em relação ao 1T15 e +0,1% versus 4T15), registrando 6 mil adições líquidas de banda larga neste trimestre, após apresentar desconexões nos 4 trimestres de 2015.

O ARPU do produto cresceu 1,0% e 7,2% na comparação anual e sequencial, respectivamente. Há também uma melhora contínua da penetração da banda larga fixa em residências que possuem a telefonia fixa, que atingiu 51,8% no 1T16 (+3,1 p.p. versus 1T15 e +0,8 p.p. versus 4T15). O *mix* das adições brutas na participação das ofertas de baixo valor (*low-end*) reduziu 7,0 p.p. quando comparado ao 1T15. A contínua evolução desses dados está associada ao sucesso da Companhia na entrega de maior velocidade de banda larga para seus clientes, impulsionada pelo lançamento do VDSL, com ofertas de até 35 Mbps de velocidade, e pelos investimentos dos últimos 2 anos concentrados na modernização e capacidade da rede de fibra ótica. Todos esses movimentos estão em linha com o plano de transformação da Oi cujo um dos pilares é a oferta e disponibilidade de serviços de dados em resposta a uma crescente demanda de mercado.

A velocidade média da base de clientes de banda larga atingiu 5,8 Mbps neste trimestre (+25,2% comparado ao 1T15 e +5,1% em relação ao 4T15). A participação de UGRs com velocidade a partir de 5 Mbps aumentou 11,5 p.p. na comparação anual (para 63,0%), enquanto a participação de UGRs com velocidade a partir de 10 Mbps subiu 10,6 p.p. no mesmo período (para 34,7%). A velocidade média das adições brutas atingiu 7,6 Mbps (+12,9% em relação ao 1T15 e +1,6% em relação ao 4T15). Neste trimestre, 77,0% das adições brutas possuíam velocidade a partir de 5 Mbps (+5,8 p.p. versus 1T15) e 53,9% possuíam velocidade a partir de 10 Mbps (+6,9 p.p. versus 1T15). Particularmente, o Oi Total, embora incipiente, já demonstra o potencial de alavancagem da penetração de velocidade. Na oferta, a velocidade média das adições brutas alcançou 7,9 Mbps, 37,1% acima da velocidade média da base de banda larga.

TV Paga

No 1T16, a base de TV paga atingiu 1.181 mil UGRs, uma queda de 4,2% na comparação anual e crescimento de 1,0% em relação ao trimestre anterior, registrando 12 mil adições líquidas de neste trimestre e, assim como a banda larga, após apresentar desconexões nos 4 trimestres de 2015.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



A penetração da Oi TV em residências que possuem a telefonia fixa atingiu 12,0% no 1T16 (0,4 p.p. maior que o 1T15). Já o *mix* de vendas nas ofertas de alto valor (*high-end*) quase dobrou na comparação anual chegando a 23,2% da base total de clientes de TV paga. Como consequência, o ARPU da TV paga manteve a trajetória de crescimento expressivo (20,9% versus 1T15 e 8,4% versus 4T15) e a receita de TV cresceu 15,7% na comparação anual, mesmo em um ambiente macroeconômico desfavorável. Esse desempenho mostra que a execução da Companhia das iniciativas de rentabilização da base foi acertada. O resultado positivo só é possível devido à qualidade diferenciada da Oi TV e aos investimentos da Companhia para tornar o serviço cada vez mais atrativo, como por exemplo, o recente lançamento de serviços como o PenVR (serviço de gravação de conteúdos e *live/pause* via *pen drive* disponível para contratação em qualquer plano) e iPPV (compra de eventos *Pay Per View* pelo controle remoto). Vale lembrar que a Oi TV oferece um conteúdo completo, com canais HD (incluindo canais abertos) em todos os planos, com ofertas que oferecem até 183 canais e mais de 50 em HD.

Recentemente a Oi lançou a plataforma Oi Play, na qual os clientes podem assistir ao conteúdo de 12 programadores com 30 canais ao vivo e mais de 13 mil títulos *on demand*, por meio de qualquer dispositivo (*smartphone*, *tablet* ou PC) com conexão à internet, sem custo adicional para o consumidor. O Oi Play permite que os clientes realizem buscas mais otimizadas e tenham melhor interação com os conteúdos. Nos primeiros meses após a implantação, o Oi Play vem demonstrando forte potencial de crescimento e geração de receita no futuro a partir da implantação de novas funcionalidades. Essa plataforma reforça o posicionamento da Oi em promover uma melhor experiência aos seus clientes por meio da digitalização.

Mobilidade Pessoal

	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Mobilidade Pessoal					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	2.032	2.259	2.106	-10,0%	-3,5%
Serviços	1.974	2.060	2.050	-4,2%	-3,7%
Clientes ⁽¹⁾	1.784	1.799	1.830	-0,8%	-2,5%
Uso de Rede	189	260	219	-27,2%	-13,7%
Material de Revenda	58	199	56	-70,8%	3,0%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	45.559	47.940	45.860	-5,0%	-0,7%
Pré-Pago	38.668	40.824	39.068	-5,3%	-1,0%
Pós-Pago ⁽²⁾	6.891	7.116	6.791	-3,2%	1,5%

Obs: (1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui: pós-pago de alto valor, Oi Controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

No 1T16, a receita líquida de Mobilidade Pessoal foi de R\$ 2.032 milhões, uma redução de 10,0% em relação ao 1T15 e de 3,5% na comparação sequencial, devido principalmente ao corte nas tarifas de interconexão [VU-M]. Na comparação anual, contribuiu para a queda da receita líquida a terceirização da venda de aparelhos que reduziu a receita de material de revenda, porém sem impacto em EBITDA como explicado mais abaixo.

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, totalizou R\$ 1.784 milhões no trimestre, apresentando queda de 0,8% na comparação anual. Este desempenho decorre principalmente do cenário macroeconômico no Brasil que impactou especialmente a receita do segmento pré-pago, sendo parcialmente compensado pelo crescimento da receita do pós-pago, impulsionado pelo aumento do uso de dados.

No 1T16, a receita de dados cresceu 24,4% na comparação anual, atingindo R\$ 853 milhões. Essa receita representou 47,8% do total da receita de clientes no trimestre (+ 9,7 p.p. vs. 1T15) como resultado do aumento da penetração de *smartphones* na base, dos investimentos em infraestrutura de transmissão e transporte, do lançamento dos novos

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



planos [Oi Livre e Oi Mais] que oferecem franquias com muito mais dados aos clientes, além da oferta mais intensiva de SVAs.

A Oi vem apostando em SVAs como uma alavanca para estimular o aumento da receita de dados. Como destaque na evolução de seu portfólio, seguindo a evolução tecnológica [aparelhos e rede] e o aumento no padrão de consumo, a Companhia lançou serviços como o Oi Segurança, o Oi Revistas e ainda o Oi Recompensa, que é o primeiro programa de fidelidade do mercado de telefonia móvel, específico para clientes dos segmentos pré-pago e controle. Os clientes que aderirem ao programa de fidelidade acumulam pontos a cada recarga para troca por diversos prêmios ou por descontos que podem ultrapassar 70% em produtos disponíveis na loja do programa. Adicionalmente, a Companhia diferenciou sua oferta pós-paga nos planos Oi Mais, Oi Total Conectado e Oi Total Solução Completa oferecendo 3 meses grátis de assinatura dos serviços Oi Mais Música [solução de streaming de música], Oi Segurança [proteção para vida digital do cliente] e Oi Apps Clube [um serviço de assinatura que oferece centenas de aplicativos para *download* ilimitado].

No 1T16, a receita de uso de rede foi de R\$ 189 milhões, uma redução de 27,2% em relação ao mesmo período do ano anterior devido principalmente ao corte nas tarifas de VU-M. Em fevereiro de 2015, as tarifas de interconexão [VU-M] foram reduzidas em 33,3%, para R\$ 0,15517, R\$ 0,15897 e R\$ 0,15485 nas Regiões I, II e III, respectivamente. E em fevereiro de 2016, estas mesmas tarifas caíram para R\$ 0,09317, R\$ 0,10309 e R\$ 0,11218 nas Regiões I, II e III, respectivamente. Cortes adicionais foram aprovados pela Anatel, como segue: (i) em 2017: R\$ 0,04928, R\$ 0,05387 e R\$ 0,06816; (ii) em 2018: R\$ 0,02606, R\$ 0,02815 e R\$ 0,04141; e (iii) em 2019: R\$ 0,01379, R\$ 0,01471 e R\$ 0,02517, respectivamente nas Regiões I, II e III.

No 1T16, a receita de vendas de aparelhos totalizou R\$ 58 milhões, uma redução de 70,8% em comparação com o 1T15. Em abril de 2015, a Oi terceirizou a operação logística e financeira de aparelhos com o objetivo de (i) acelerar a venda e a migração da base para *smartphones* 3G/4G; (ii) aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos aos canais de venda; (iii) reduzir os custos de mercadorias vendidas, armazenagem e logística; e (iv) reduzir o capital de giro empregado na operação de aparelhos. Desta forma, a redução na receita de aparelhos é acompanhada da redução de custos, apresentando impacto positivo na margem EBITDA, além de reduzir os impactos no capital de giro.

As vendas de *smartphones* representaram 94% das vendas totais do trimestre e a penetração de aparelhos 3G/4G atingiu 63% da base total, um aumento de 14 p.p. em relação ao 1T15. Em janeiro de 2016, foi lançado o programa Troca Fácil, que oferece descontos na troca de aparelhos usados por *smartphones* novos. Com isso, a Companhia estimula ainda mais a migração da tecnologia 2G para 3G/4G, onde a experiência de uso de dados é significativamente melhor para o cliente, proporcionando assim melhor percepção de qualidade do serviço e estimulando o crescimento de tráfego e ARPU de dados.

A Oi encerrou o 1T16 com 45.559 mil UGRs em Mobilidade Pessoal, uma queda de 5,0% em comparação com o 1T15. Nos últimos 12 meses, as desconexões líquidas atingiram 2.380 mil, sendo 2.156 mil no pré-pago e 225 mil no pós-pago. Vale destacar as 100 mil adições líquidas do pós-pago neste trimestre, demonstrando uma evolução significativa em relação a todos os trimestres de 2015, como resultado direto do lançamento dos novos planos *all-net* com maior franquia de dados.

No 1T16, a base total de clientes móveis [Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs] atingiu 47.770 mil UGRs, dos quais 45.559 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.211 mil no segmento Corporativo / PMEs. A Companhia registrou 5,1 milhões de adições brutas e 312 mil desconexões líquidas no trimestre.

Pré-pago

A base de clientes do pré-pago encerrou o trimestre com 38.668 mil UGRs, 5,3% menor do que o registrado no 1T15 devido, principalmente, à rígida política de desconexão de clientes, visando o controle de custos e a rentabilização do negócio ao evitar custos desnecessários para manter clientes inativos na base. Em comparação com o 4T15, houve queda de 1,0%, com 400 mil desconexões líquidas.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



As recargas apresentaram queda de 3,9% em relação ao 1T15, explicada basicamente pelo ambiente econômico recessivo que impacta de forma mais significativa o segmento pré-pago.

O Oi Livre é a oferta-chave deste segmento e visa capturar ARPU e *market-share* em meio à mudança na dinâmica do mercado pré-pago na consolidação de chips, seguindo o movimento de redução agressivo da tarifa de VU-M (interconexão) para os próximos anos. Em novembro de 2015, a Oi lançou o Oi Livre, que é um conjunto de ofertas inovadoras para o pré-pago (planos diário, semanal e mensal) com aumento expressivo na franquia de dados e foco no modelo *all-net*. Essa oferta conta com tarifa única para ligações para qualquer operadora em todo o Brasil, rompendo assim com o modelo em que consumidores adquirem SIM *cards* de diferentes operadoras para fazer chamadas *on-net*, devido aos altos valores cobrados nas chamadas *off-net*.

Em março de 2016, o Oi Livre já correspondia a 33% da base total de clientes pré-pagos com o aumento médio de 18,9% nas recargas de clientes que migraram para o Oi Livre por Semana, o que evidencia resultados preliminares positivos da oferta e a estratégia acertada da Companhia se antecipando ao movimento de consolidação de chips por consumidores pré-pagos.

Pós-pago

A base pós-paga de clientes atingiu 6.891 mil UGRs no 1T16 (-3,2% vs. 1T15 e +1,5% vs. 4T15), representando 15,1% da base total de Mobilidade Pessoal, destaque para as adições líquidas de 100 mil UGRs no trimestre, a melhor marca desde o início de 2015. A base de clientes Oi Controle atingiu 41,5% do total da base pós-paga, uma redução de 1,5 p.p. em relação ao 1T15.

Na mesma linha do plano pré-pago Oi Livre, foram lançados ao final de novembro de 2015, os planos Oi Mais e o Oi Mais Controle nos segmentos pós-pago e controle, respectivamente. Os novos planos possuem franquia de minutos e tarifa excedente única e reduzida para falar com qualquer operadora em todo o Brasil, além do aumento significativo da franquia de dados, com pacotes que vão do Básico ao Avançado, variando no tamanho da franquia de minutos *all-net* e do pacote de internet 4G.

No 1T16, os clientes que haviam aderido aos novos planos representavam 13% da base total de clientes pós-pagos. O ARPU dos clientes Oi Mais foi 32% maior que o dos clientes ligados a outros planos, enquanto que o ARPU do Oi Mais Controle foi 13% maior.

Como reflexo do foco da Companhia na rentabilização da base de clientes, do aumento na penetração de *smartphones* e do lançamento dos novos planos Oi Mais, o ARPU do *gross* (ex VU-M) apresentou no trimestre aumento expressivo de 16,9% em relação ao 1T15.

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE

A Oi encerrou o ano com cobertura 2G em 3.401 municípios (93% da população urbana do país). A cobertura 3G foi expandida para 282 novos municípios, totalizando 1.318 municípios (+27,2% em relação ao 1T15) ou 79% da população urbana brasileira.

O acesso 4G LTE alcançou 133 municípios (+196% em relação ao 1T15), que representam 51% da população urbana brasileira, um aumento de 15 p.p. em relação ao 1T15. A Oi trabalha em parceria com outras operadoras através do modelo de RAN *sharing*, o que possibilita o aumento da cobertura 4G em linha com a estratégia voltada para otimização de investimentos e redução de custos, aliada à melhoria na qualidade da experiência do cliente.

A Companhia vem apresentando avanço consistente nos indicadores de qualidade de rede da Anatel, como consequência dos esforços voltados à melhoria da qualidade da cobertura e capacidade de rede 3G, visando a atender à demanda crescente por uso de dados e incentivar a migração de clientes da rede 2G para a rede 3G.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



ARPU Móvel

O ARPU móvel considera a receita total de serviços da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (*intercompany*), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa). Este valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

No 1T16, o ARPU móvel foi de R\$ 16,7, queda de 5,7% em relação ao 1T15 e de 3,4% na comparação sequencial devido à redução nas tarifas de VU-M. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel apresentou crescimento de 6,7% em relação ao 1T15 como resultado do lançamento dos novos planos no final de 2015 e dos esforços de rentabilização da base de clientes.

Corporativo / PMEs

	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Corporativo / PMEs					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	2.065	2.021	1.984	2,2%	4,1%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	7.115	7.836	7.241	-9,2%	-1,7%
Fixa	4.335	4.754	4.437	-8,8%	-2,3%
Banda larga	569	612	580	-7,0%	-1,9%
Móvel	2.211	2.470	2.223	-10,5%	-0,5%

No segmento Corporativo / PMEs, a receita líquida totalizou R\$ 2.065 milhões no 1T16, um aumento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 4,1% na comparação sequencial, impactado principalmente pelo crescimento no número de contratos para a prestação de serviços pontuais e por acordos com operadoras.

A Companhia registrou 7.115 mil UGRs no segmento Corporativo / PMEs neste trimestre, uma queda de 9,2% em relação ao 1T15 e de 1,7% em relação ao 4T15, devido principalmente aos impactos da recessão no Brasil.

Corporativo

A Oi manteve a estratégia de redução da dependência dos serviços de voz através da oferta intensiva de serviços de dados, TI e SVAs, como serviços gerenciados, soluções de segurança, serviços em *Cloud*, ICT, Datacenter, *Home Office* e M2M (*Machine-to-Machine*). Como resultado, a participação das receitas não voz sobre a receita total do segmento (excluindo efeito FIFA) subiu 3,1 p.p. em relação ao 1T15, com um aumento de 37,3% da receita de SVAs e TI no mesmo período. Adicionalmente, o segmento Corporativo vem melhorando a experiência do cliente através da simplificação e automação da cadeia de entrega e convergência do serviço pós-venda [TI/Telecom], em linha com as prioridades estratégicas do plano de transformação da Oi.

PMEs

Apesar dos impactos relacionados ao cenário macroeconômico adverso, a nova estratégia implementada no final de 2015 já vem apresentando resultados positivos no segmento de PME.

Em dezembro de 2015, foi lançado o Oi Mais Empresas, o novo portfólio de ofertas de telefonia móvel com dados 4G e telefonia fixa por um valor fixo mensal (modelo *flat fee*), mais simples de entender pelo consumidor, de comprar, de usar e de se relacionar com a Companhia, além de proporcionar maior previsibilidade no fluxo de caixa das empresas. Desde seu lançamento, já foi possível observar aumento consistente nas vendas e nos ARPU's móvel e fixo dos novos clientes e redução contínua das contestações de conta, o que demonstra resultados preliminares importantes após a reestruturação do segmento PMEs.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Vale destacar que a Companhia se reposicionou no mercado de PMEs de forma inovadora ao lançar no final de 2015 uma plataforma de atendimento totalmente digital, o *app* Oi Mais Empresas, disponibilizado de forma gratuita na Apple Store e no Google Play. O aplicativo foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas com clientes, que não queriam despende parte do seu tempo em ligações para o *call center* de operadoras. O aplicativo funciona como um SAC na palma da mão e permite ao cliente realizar solicitações de serviços e compras diretamente pelo *smartphone*, além de fazer *upgrade* de planos, solicitar 2ª via de conta, mudanças de endereço, abrir reparos entre outros. Cerca de 80 mil pequenas e médias empresas já aderiram ao novo portfólio e estão se beneficiando do novo canal de atendimento da Oi. Desde seu lançamento, o nível de satisfação dos usuários já atingiu 93%.

Desde o lançamento do aplicativo, a Oi tem monitorado a quantidade de *downloads* e cadastramentos, número de solicitações, nível de satisfação entre outros, o que facilita a formulação de ações corretivas, além de criar melhorias e novas funcionalidades para a plataforma. A Oi também implementou um canal de atendimento ativo, onde a própria Companhia age de forma proativa, entrando em contato com clientes que enfrentam problemas, evitando desta maneira, potenciais contestações futuras. Como resultado, o percentual total de contestações sobre receita vem apresentando mês a mês quedas consistentes desde o final do ano de 2015.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 2 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Custos e Despesas Operacionais					
Brasil	4.853	4.912	4.786	-1,2%	1,4%
Pessoal	657	592	775	11,0%	-15,2%
Interconexão	347	504	396	-31,0%	-12,2%
Serviços de terceiros	1.515	1.532	1.518	-1,2%	-0,3%
Serviço de manutenção da rede	478	451	403	5,8%	18,5%
Custos de aparelhos e outros	62	138	48	-55,1%	28,4%
Publicidade e Propaganda	88	33	128	163,5%	-31,4%
Aluguéis e seguros	1.085	876	955	23,8%	13,6%
Provisões para contingências	205	223	183	-8,2%	12,3%
Provisão para devedores duvidosos	127	146	187	-12,9%	-32,3%
Tributos e outras despesas (receitas)	290	417	193	-30,5%	50,1%
Outros	127	116	122	9,1%	3,9%
OPEX de rotina	4.979	5.029	4.908	-1,0%	1,5%

No 1T16, os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, que inclui as operações internacionais, alcançaram R\$ 4.979 milhões, uma redução anual de 1,0% e aumento sequencial de 1,5%.

O Opex de rotina das operações brasileiras apresentou queda de 1,2% em relação ao 1T15, totalizando R\$ 4.853 milhões no trimestre. Considerando a taxa de inflação de 9,4% nos últimos 12 meses (IPCA), este desempenho significou uma redução real de aproximadamente 10%. Na comparação sequencial, houve aumento de 1,4%.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Pessoal

No 1T16, os custos e despesas de pessoal das operações brasileiras totalizaram R\$ 657 milhões, um aumento de 11,0% em relação ao 1T15, devido principalmente ao reajuste salarial relativo a acordo coletivo realizado em dezembro de 2015 e à incorporação das operações da prestadora de serviços de rede do estado do Rio de Janeiro pela Serede ocorrida em outubro de 2015, cujos custos eram anteriormente contabilizados na linha de Serviços de manutenção de rede. Estes dois impactos foram parcialmente compensados pelo corte em pessoal ocorrido em abril de 2015.

Na comparação sequencial houve redução de 15,2%, principalmente em função da estimativa atual de participação nos resultados em 2016 ser menor que a ocorrida em 2015.

Interconexão

Os custos de interconexão das operações brasileiras somaram neste trimestre R\$ 347 milhões, uma queda de 31,0% na comparação anual justificada pelos cortes nas tarifas de VU-M em fevereiro de 2015 e de 2016 e nas tarifas TURL e TURIU (tarifas de interconexão fixa), além da redução do tráfego *off-net*. A queda de 12,2% comparado ao trimestre anterior foi explicado pelo corte da VU-M em fevereiro deste ano, impactando parcialmente o primeiro trimestre de 2016, e pelo corte de TURL e TURIU.

Serviços de Terceiros

No trimestre, os custos e despesas com serviços de terceiros das operações brasileiras apresentaram queda de 1,2% em relação ao 1T15 e de 0,3% em bases sequenciais, totalizando R\$ 1.515 milhões. Este desempenho é consequência, principalmente, da otimização dos canais de venda e menor despesa com *call centers*, parcialmente compensados por maiores despesas com energia elétrica e aquisição de conteúdo para TV. Além disso, os esforços de controle de custos e maior eficiência operacional contribuíram para mitigar a pressão inflacionária sobre esta linha de despesas.

Serviços de Manutenção de Rede

Os custos e despesas com serviços de manutenção de rede no Brasil totalizaram R\$ 478 milhões no 1T16, crescimento de 5,8% comparado ao 1T15, devido principalmente aos reajustes contratuais dos prestadores de serviço de rede (PSR), parcialmente compensado pela queda relativa à internalização das operações de rede do estado do Rio de Janeiro, que passou a ser alocada na linha de pessoal. Além disso, o trimestre foi impactado por termos de quitação em acordos com algumas prestadoras de serviços e pelo projeto de manutenção preventiva visando melhor prestação do serviço ao cliente, alinhada ao plano de transformação do negócio.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos nas operações brasileiras atingiram R\$ 62 milhões no trimestre [-55,1% versus 1T15 e +28,4% comparado ao 4T15]. Na comparação anual, a queda foi devida à terceirização de vendas e gestão de estoques de aparelhos, implementada em abril de 2015.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda atingiram R\$ 88 milhões no 1T16, uma variação de +163,5% em relação ao 1T15, principalmente em função dos maiores gastos nas campanhas publicitárias das ofertas Oi Livre, Oi Mais e Oi Mais Empresas, como consequência da retomada comercial da Oi ao fim de 2015. Na comparação sequencial, houve queda de 31,4% devido aos maiores gastos no 4T15 relacionados ao efeito sazonal da época do Natal.

Aluguéis e Seguros

No 1T16, as despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras totalizaram R\$ 1.085 milhões, com aumento anual de 23,8%, devido principalmente a reajustes contratuais e valorização do dólar, especialmente relacionada à Globenet e satélites. Na comparação sequencial, houve um aumento de 13,6%, impactado por reajustes contratuais.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Provisões para Contingências

A Companhia apresentou, no 1T16, provisões para contingências nas operações brasileiras de R\$ 205 milhões no trimestre, uma redução de 8,2% em comparação com o 1T15, em função do menor volume de processos junto ao Juizado Especial Cível (JEC), que se referem a ações de consumidores. A variação trimestral foi positiva em 12,3%, explicado pelo fato de o Juizado Especial Cível funcionar menos dias no mês de dezembro, recebendo, portanto, menor quantidade de processos se comparado ao primeiro trimestre.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

As provisões para devedores duvidosos somaram R\$ 127 milhões no 1T16 [-12,9% contra o 1T15 e -32,3% versus 4T15] devido a uma melhora no perfil de pagamento dos clientes, reflexo da priorização da Companhia na qualidade das vendas ao longo de 2015. As provisões para devedores duvidosos corresponderam a 1,9% da receita líquida das operações brasileiras no período [-0,2 p.p. na comparação anual e -0,9 p.p. na comparação com o trimestre passado].

EBITDA

Tabela 3 – EBITDA e Margem EBITDA

	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA (R\$ milhões)	1.766	2.011	1.706	-12,2%	3,5%
Brasil	1.676	1.928	1.745	-13,1%	-3,9%
Outros	90	83	-39	8,3%	n.m.
Margem EBITDA (%)	26,1%	28,6%	25,5%	-2,4 p.p.	0,7 p.p.
Itens Não Rotina	-10	0	0	n.m.	n.m.
Despesa com perda de imparidade	0	0	89	n.m.	n.m.
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.776	2.011	1.795	-11,7%	-1,1%
Brasil	1.686	1.928	1.745	-12,6%	-3,4%
Outros	90	83	50	8,3%	78,1%
Margem EBITDA de Rotina (%)	26,3%	28,6%	26,8%	-2,3 p.p.	-0,5 p.p.
Brasil	25,8%	28,2%	26,7%	-2,4 p.p.	-0,9 p.p.
Outros	41,4%	41,6%	29,2%	-0,2 p.p.	12,2 p.p.

O EBITDA consolidado de rotina totalizou R\$ 1.776 milhões no 1T16, uma queda de 11,7% em relação ao 1T15 e de 1,1% em comparação ao 4T15.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras alcançou R\$ 1.686 milhões no 1T16, [-12,6% comparado ao 1T15 e -3,4% em relação ao 4T15] e a margem EBITDA de rotina do Brasil ficou em 25,8% no trimestre. A queda no EBITDA de rotina se deveu ao declínio do nível de receitas, principalmente devido à deterioração do cenário macroeconômico. O foco em austeridade, como um pilar do plano de transformação da Companhia, permitiu manter custos sob controle mesmo com pressão inflacionária. Os itens de Opex não rotina totalizaram R\$ 10 milhões no 1T16, e estão relacionados à rescisão trabalhista.

O EBITDA de rotina das outras operações internacionais (África e Timor Leste) somou R\$ 90 milhões no 1T16 [+8,3% em relação ao 1T15 e +78,1% na comparação com o trimestre anterior], devido basicamente à variação cambial.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Capex

Tabela 4 – Capex

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Investimentos					
Brasil	1.204	984	1.072	22,3%	12,3%
Outros	49	41	14	18,9%	251,4%
Total	1.252	1.025	1.086	22,2%	15,3%

No 1T16, o Capex consolidado da Companhia totalizou R\$ 1.252 milhões, representando um crescimento de 22,2% e 15,3% em relação ao 1T15 e 4T15, respectivamente. Nas operações brasileiras, o Capex foi de R\$ 1.204 milhões no trimestre (+22,3% versus 1T15 e +12,3% versus 4T15).

A Companhia vem atendendo, de forma sustentável, à crescente demanda por tráfego de dados e qualidade da experiência nos serviços, através da implementação das demais fases dos projetos estruturantes na rede de transporte, como por exemplo a expansão do *backbone* OTN em 100Gbps, remodelagem do *core* IP e aumento do acesso IP (projeto *Single Edge*), além das ações de melhoria e otimização de capacidade na rede de acesso, tanto fixa quanto móvel, e do *swap* de fibra.

Neste trimestre, houve um aumento do patamar de investimentos concentrado na rede móvel, especificamente relacionado a projetos para melhoria de cobertura e qualidade em 3G e 4G, viabilizando a entrega das novas ofertas lançadas recentemente, como Oi Total, Oi Livre, Oi Mais e Oi Mais Empresas, e também na rede de banda larga fixa para oferecer velocidades mais altas através do VDSL.

Conforme já comunicado anteriormente, em fevereiro de 2016, a Oi recebeu o *Glomo Awards* na categoria *Outstanding LTE Contribution* pelo bem-sucedido projeto de *RAN Sharing*. O prêmio, apresentado durante o Mobile World Congress 2016, reconhece o primeiro projeto de *RAN Sharing* de rede 4G/LTE desenvolvido no Brasil, considerado um dos maiores desse tipo no mundo atendendo a milhões de clientes com banda larga móvel de quarta geração.

No trimestre, o total de investimentos destinados à rede foi de R\$ 1.053 milhões, correspondendo a 87,4% do total de investimentos das operações brasileiras.

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 5 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.776	2.011	1.795	-11,7%	-1,1%
Capex	1.252	1.025	1.086	22,2%	15,3%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	523	986	709	-46,9%	-26,2%

RESULTADOS OPERACIONAIS

Comentário do Desempenho



Tabela 6 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.686	1.928	1.745	-12,6%	-3,4%
Capex	1.204	984	1.072	22,3%	12,3%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	482	944	673	-49,0%	-28,4%

No 1T16, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina (EBITDA de rotina menos Capex) totalizou R\$ 523 milhões [-46,9% versus 1T15 e -26,2% versus 4T15]. O EBITDA de rotina menos Capex das operações brasileiras totalizou R\$ 482 milhões no 1T16 [-49,0% comparado ao 1T15 e -28,4% comparado ao 4T15], desempenho impactado principalmente pela redução do EBITDA no trimestre e pelo maior nível de investimentos realizados na melhoria da rede, conforme mencionado anteriormente.

Depreciação / Amortização

A Companhia registrou, no trimestre, despesas com depreciação e amortização de R\$ 1.373 milhões, um aumento de 12,7% em relação ao 1T15 e de 4,5% quando comparado ao trimestre anterior.

Tabela 7 - Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Depreciação e Amortização					
Total	1.373	1.218	1.314	12,7%	4,5%

RESULTADOS FINANCEIROS

Comentário do Desempenho



Resultados Financeiros

Tabela 8 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15
Oi S.A. Consolidado			
Juros Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-859	-853	-848
Resultado Cambial Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-730	-144	-719
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-314	-271	-2.385
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-1.903	-1.269	-3.951

No 1T16, o resultado financeiro líquido da Oi S.A. totalizou R\$ 1.903 milhões, uma redução de 51,8% no trimestre e um aumento de 49,9% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Cabe ressaltar, que no 1T15 as despesas financeiras líquidas da Portugal Telecom International Finance (PTIF) não estavam incluídas no resultado consolidado continuado da Companhia, dado que nesta data o processo de venda da PT Portugal ainda não estava concluído.

O desempenho no trimestre é explicado, principalmente, pela redução na conta de “Outras Receitas/ Despesas Financeiras” em R\$ 2.071 milhões. No 4T15, o resultado havia sido impactado pelo ajuste de *impairment* (sem efeito caixa) no montante de R\$ 1.582 milhões sobre o valor justo da participação da Oi nos investimentos não controlados em África e, ainda, pela adesão ao PRORELIT, Programa de Redução de Litígios Tributários, em que uma parcela no valor de aproximadamente R\$ 300 milhões foi contabilizada no resultado financeiro. No 1T16, impactando positivamente, a Companhia apresentou menores despesas com tributos, juros e variação monetária sobre outros passivos, além de maiores receitas com juros sobre depósitos judiciais e variação cambial sobre outros ativos, quando comparado ao último trimestre de 2015.

As despesas de “Resultado Cambial Líquido” ficaram em linha com o trimestre anterior. A Companhia continuou com baixa exposição cambial por mais um trimestre, mantendo estas despesas bem correlacionadas ao CDI. Apesar de um CDI ligeiramente abaixo no trimestre atual, o custo desta parcela da dívida foi superior em função do maior volume de derivativos (custo do *hedge*), o que contribuiu para a elevação das despesas em R\$11 milhões. Por outro lado, na linha de “Juros Líquidos”, o aumento de R\$ 11 milhões foi resultado de menores receitas financeiras sobre as aplicações, devido a um caixa médio inferior no trimestre.

RESULTADOS FINANCEIROS

Comentário do Desempenho



Lucro [Prejuízo] Líquido

Tabela 9 – Lucro [Prejuízo] Líquido [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15	Δ Ano	Δ Tri.
Lucro Líquido					
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	393	793	392	-50,5%	0,1%
Resultado Financeiro	-1.903	-1.269	-3.951	49,9%	-51,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-134	62	-973	n.m.	-86,2%
Lucro [Prejuízo] Líquido das Operações Continuadas	-1.644	-414	-4.533	297,0%	-63,7%
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	-32	-18	n.m.	n.m.
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado	-1.644	-447	-4.551	268,2%	-63,9%
-atribuído aos acionistas controladores	-1.669	-401	-4.173	315,8%	-60,0%
-atribuído aos acionistas não controladores	24	-45	-378	n.m.	n.m.

No 1T16, o lucro operacional da Oi antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de R\$ 393 milhões, em linha com o registrado no trimestre anterior e 50,5% menor em comparação ao 1T15 explicado pelo menor nível de EBITDA e às maiores despesas com depreciação e amortização registrados no 1T16. Neste trimestre, a Oi registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 1.644 milhões, impactado majoritariamente pelo resultado financeiro.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Comentário do Desempenho



Endividamento & Liquidez

Tabela 10 – Dívida

R\$ Milhões	mar/16	mar/15	dez/15	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	10.382	4.969	13.192	21,0%
Longo Prazo	38.989	29.668	41.789	79,0%
Dívida Total	49.371	34.637	54.981	100,0%
Em moeda nacional	12.750	21.022	12.922	25,8%
Em moeda estrangeira	38.889	17.940	46.935	78,8%
Swap	-2.268	-4.325	-4.876	-4,6%
[-] Caixa	-8.527	-2.079	-16.826	-17,3%
[=] Dívida Líquida	40.844	32.557	38.155	82,7%

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 49.371 milhões no 1T16, uma redução de 10,2% no trimestre, explicada principalmente pela amortização de principal e juros no valor de R\$ 6.593 milhões no período. Houve um aumento de 42,5% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, ressaltando que no 1T15, os ativos e passivos da subsidiária Portugal Telecom International Finance (PTIF) estavam classificados como “operações descontinuadas”, não integrando, desta forma, o endividamento consolidado da Oi S.A.

Por mais um trimestre a Companhia registrou um impacto contábil positivo relacionado à marcação a mercado de derivativos. No 1T16, houve um achatamento da curva de cupom cambial em 97 bps (*basis points*) e, como resultado, o impacto positivo dos derivativos na dívida bruta foi de aproximadamente R\$ 390 milhões. Da mesma forma que no 4T15, este efeito não trouxe qualquer impacto no caixa ou no resultado financeiro consolidado.

Ao final do 1T16, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 78,8% do total da dívida contratada consolidada do período e se encontrava protegida de flutuações cambiais. O prazo médio consolidado da dívida ficou em 3,6 anos no 1T16.

A Companhia encerrou o 1T16 com caixa de R\$ 8.527 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 40.844 milhões no trimestre, um aumento de 7,0% em relação ao 4T15 e de 25,5% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A redução do caixa no trimestre ocorreu, principalmente, em função das amortizações de principal e juros com as dívidas, do pagamento da taxa regulatória anual do Fistel e do aumento do Capex.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Comentário do Desempenho



Tabela 11 – Variação da Dívida Líquida (operações brasileiras)

R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15
Dívida Líquida Inicial	38.155	30.563	37.241
(-) EBITDA de Rotina	1.686	1.928	1.745
(-) Receitas (Despesas) Não Recorrentes ⁽¹⁾	-10	0	0
(+) Capex ⁽²⁾	1.204	984	1.072
(+) Depósitos Judiciais	266	191	332
(+) IR/CS	130	114	227
(+) Var. Capital de Giro ⁽³⁾	293	645	-60
(+) Taxas Anatel	750	753	0
(+) Resultado Financeiro	1.746	1.236	1.794
(+) Impacto contábil MTM de derivativos	-390	0	-739
(+) Outros movimentos	365	0	33
Dívida Líquida Final	40.844	32.557	38.155

(1) Exclui as vendas de ativos.

(2) Capex econômico do período.

(3) Inclui diferença entre Capex econômico e desembolso de Capex.

A Companhia encerrou o 1T16 com R\$ 40.844 milhões de dívida líquida, crescimento de 7,0% em relação ao 4T15, explicado, principalmente, pelo resultado financeiro, pelo pagamento anual da taxa regulatória (Fistel) e pelo maior volume de investimento no trimestre.

Tabela 12 – Cronograma de Amortização da Dívida Bruta

(R\$ milhões)	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Cronograma de Amortização da Dívida Bruta							
Amortização da Dívida em Reais	3.576	2.474	2.468	2.355	864	1.013	12.750
Amortização da Dívida em Euros + swap	4.572	2.638	3.208	4.492	4.513	0	19.423
Amortização da Dívida em Dólar + swap	183	3.714	1.161	-1.155	5.599	7.696	17.198
Amortização da Dívida Bruta	8.330	8.825	6.837	5.693	10.976	8.709	49.371

Tabela 13 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões	
Distribuição da Dívida Bruta	1T16
Mercado de Cap. Inter.	34.308
Mercado de Cap. Nacional	4.014
Bancos de Desenvolvimento e ECAs	9.920
Bancos Comerciais	3.889
Hedge e Custo de Captação	-2.759
Dívida Bruta Total	49.371

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comentário do Desempenho



Oi S.A. Consolidado

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ Milhões	1T16	1T15	4T15
Receita Operacional Líquida	6.755	7.040	6.703
Custos e Despesas Operacionais	-4.989	-5.029	-4.908
Pessoal	-685	-617	-790
Interconexão	-358	-506	-341
Serviços de terceiros	-1.551	-1.553	-1.571
Serviço de manutenção da rede	-489	-460	-412
Custo de aparelhos e outros	-74	-149	-68
Publicidade e propaganda	-93	-39	-133
Aluguéis e seguros	-1.097	-886	-962
Provisões para contingências	-205	-223	-184
Provisão para devedores duvidosos	-128	-169	-186
Tributos e outras receitas (despesas)	-301	-426	-261
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-10	0	0
EBITDA AJUSTADO ⁽¹⁾	1.766	2.011	1.795
Despesa com perda de imparidade	0,0	0	-89,2
EBITDA	1.766	2.011	1.706
Margem %	26,1%	28,6%	25,5%
Depreciações e Amortizações	-1.373	-1.218	-1.314
EBIT	393	793	392
Despesas Financeiras	-2.181	-1.576	-3.975
Receitas Financeiras	278	307	23
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	-1.510	-476	-3.559
Imposto de Renda e Contribuição Social	-134	62	-973
Lucro [Prejuízo] Líquido das Operações Continuadas	-1.644	-414	-4.533
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	-32	-18
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado	-1.644	-447	-4.551
Margem %	-24,3%	-6,3%	-67,9%
Lucro [Prejuízo] líquido atribuído aos controladores	-1.669	-401	-4.173
Lucro [Prejuízo] líquido atribuído aos não controladores	24	-45	-378
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	675.667	842.766	675.667
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	-2,4696	-0,4762	-6,1758

(1) O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA corrigido pelo efeito contábil e não caixa do reconhecimento de perda por imparidade nos investimentos consolidados de África que, no 4T15, foi de R\$ 89 milhões.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comentário do Desempenho



Oi S.A. Consolidado

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
TOTAL DO ATIVO	87.506	97.015	106.984
Ativo Circulante	29.202	38.067	51.075
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.288	14.898	1.822
Aplicações Financeiras	109	1.802	142
Instrumentos Financeiros Derivativos	342	606	650
Contas a Receber	8.554	8.380	8.092
Estoques	363	352	458
Tributos Correntes e a Recuperar	307	916	536
Outros Tributos	978	923	962
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.175	1.258	1.163
Ativos Mantidos para Venda	7.220	7.686	35.531
Outros Ativos	1.867	1.246	1.721
Ativo Não Circulante	58.303	58.948	55.909
Realizável a Longo Prazo	29.470	29.994	26.597
.Tributos Diferidos e a Recuperar	9.296	8.883	8.228
.Outros Tributos	649	660	724
.Aplicações Financeiras	130	126	116
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.484	13.119	12.560
.Instrumentos Financeiros Derivativos	5.500	6.780	4.600
.Outros Ativos	411	426	369
Investimentos	154	155	146
Imobilizado	25.495	25.497	25.557
Intangível	3.185	3.302	3.610
TOTAL DO PASSIVO	87.506	97.015	106.984
Passivo Circulante	21.840	25.574	43.835
Fornecedores	5.202	5.005	4.347
Empréstimos e Financiamentos	8.072	11.810	4.910
Instrumentos Financeiros	2.651	1.989	709
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	645	660	667
Provisões	973	1.021	1.038
Provisões para Fundo de Pensão	165	145	150
Tributos a Recolher e Diferidos	188	340	194
Outros Tributos	1.516	1.554	1.509
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	57	96	184
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	597	745	28.276
Autorizações e Concessões a Pagar	975	912	763
Outras Contas a Pagar	799	1.298	1.087
Passivo Não Circulante	53.015	57.035	43.760
Empréstimos e Financiamentos	43.566	48.048	34.052
Instrumentos Financeiros	922	521	215
Outros Tributos	957	924	897
Provisões	3.543	3.414	4.097
Provisões para Fundo de Pensão	400	399	334
Autorizações e Concessões a Pagar	7	7	726
Outras Contas a Pagar	3.619	3.721	3.438
Patrimônio Líquido	12.651	14.406	19.390
Participação de Acionistas Controladores	11.518	13.216	17.887
Participação de Acionistas Não Controladores	1.133	1.191	1.503

Obs: O balanço consolidado da Oi S.A. foi auditado e o parecer do auditor incluiu uma ressalva e uma ênfase. Para maiores detalhes, favor consultar as Informações Trimestrais (ITRs) do período findo em 31 de março de 2016.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comentário do Desempenho



Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório Trimestral em formato Excel estarão disponíveis no website da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório Trimestral também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comentário do Desempenho



Oi anuncia certas informações relevantes sobre sua estrutura de capital

No dia 25 de abril, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou acordo de confidencialidade em termos usualmente utilizados com Moelis & Company, na qualidade de assessor de um grupo diverso de titulares de *bonds* emitidos pela Oi e por algumas de suas sociedades afiliadas (em conjunto, a "Companhia").

A Companhia entende que a celebração desse acordo de confidencialidade com esse assessor de titulares dos *bonds* configura passo inicial para discussões produtivas e ágeis relativas aos termos de uma potencial reestruturação de suas dívidas.

Conforme previamente anunciado, a Oi contratou a PJT Partners como sua assessora financeira, para auxiliar a Oi na avaliação das alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento; a Oi também contratou Barbosa Müssnich Aragão e White & Case LLP como seus assessores legais. A Companhia pretende concluir sua reestruturação de dívida rapidamente e acredita que as negociações com um único comitê representativo dos titulares de *bonds* de emissão da Companhia irá permitir concluir a reestruturação de dívida de forma ágil.

A Oi acredita que seus clientes não serão afetados pelo processo de reestruturação e que continuará a prestar aos seus clientes o mais alto padrão em produtos, serviços e suporte que esperam da Oi.

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=225128

Revisão do Rating de Crédito da Oi pela Standard & Poor's

No dia 26 de abril de 2016, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Standard & Poor's anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Companhia, diminuindo o rating de longo prazo na escala global de CCC para CCC- e na escala nacional de brCCC para brCCC-. O outlook é negativo.

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=225194

Assembleia geral de debenturistas da 5ª e da 9ª emissão de debêntures da Companhia

No dia 15 de abril de 2016, foram realizadas assembleias gerais de debenturistas da: (i) 5ª Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações ("5ª Emissão"); e (ii) 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública ("9ª Emissão" e, em conjunto com a 5ª Emissão, as "Debêntures"), ambas emitidas pela Companhia ("AGDs", ou individualmente "AGD da 5ª emissão" e "AGD da 9ª Emissão").

Diferentemente da 8ª e da 10ª emissões de debêntures, nas quais a Companhia obteve a suspensão temporária da apuração do indicador financeiro de alavancagem, nas Debêntures tal flexibilização não foi obtida. Tendo em vista que tal indicador financeiro das Debêntures não foi cumprido, os respectivos agentes fiduciários convocaram as AGDs.

Com relação à 5ª Emissão, não foi atingido o quórum mínimo de instalação da AGD da 5ª Emissão e o agente fiduciário da 5ª Emissão publicou no dia 19 de abril de 2016 uma segunda convocação para o dia 27 de abril de 2016 da referida assembleia na qual igualmente não houve quórum de instalação. Em acordo com a escritura da emissão o agente fiduciário decretou o vencimento das debêntures em circulação cujo valor total pago foi de R\$ 1.519.961,56.

Com relação à 9ª Emissão, o agente fiduciário decretou o vencimento dessas debêntures em circulação nos termos da Cláusula 6.23 da escritura da 9ª Emissão, cujo valor total pago no dia 20 de abril de 2016 foi de R\$ 21.518.990,58.

A declaração de vencimento das Debêntures não acarretou, nem acarretará no vencimento de demais dívidas financeiras da Companhia, tanto nacionais quanto internacionais ("cross-default").

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=224952

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comentário do Desempenho



INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação ¹
Ordinárias	668.033.661	148.282.000	519.746.701
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.459
Total	825.760.902	150.093.755	675.662.160

Posição acionária em 31/03/2016.

Obs: (1) As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

DISCLAIMER
Comentário do Desempenho

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. e suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2016 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira +55 [21] 3131-1314 marcelo.asferreira@oi.net.br

Cristiano Grangeiro +55 [21] 3131-1629 cristiano.grangeiro@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação judicial e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a implementar até final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura dos novos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação de negócios e união das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal S.A. (“Altice”), envolvendo substancialmente as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias que antes integravam o Grupo PT:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detentora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);
- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”), CVTEL B.V. (“CVTEL”) e Carrigans Finance S.à.r.l. (“Carrigans”).

Notas Explicativas

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefônicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

União das bases acionárias da Oi e Pharol

Em 31 de março de 2015, no contexto da operação de união de bases acionárias da Oi, da TmarPart e da Pharol, anunciada em 2 de outubro de 2013 e objeto dos Fatos Relevantes de 20 de fevereiro de 2014 e 8 de setembro de 2014 (“Operação”), a Companhia divulgou um conjunto de operações e medidas alternativas com o intuito de antecipar os principais objetivos da Operação, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado (“Estrutura Alternativa”).

A Estrutura Alternativa consistia nas seguintes etapas: (i) simplificação da estrutura de capital da Companhia, incluindo a incorporação da TmarPart pela Oi (respectivamente, “Simplificação Societária” e “Incorporação”); (ii) aprovação de novo Estatuto Social da Companhia, refletindo a adoção pela Oi de elevados padrões de governança corporativa; (iii) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias, obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Oi, já anteriormente divulgada para a incorporação das ações da Oi pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Oi no aumento de capital aprovado em abril de 2014 e integralizado em maio do mesmo ano (“Conversão Voluntária”).

Em 22 de julho de 2015, foram firmados pelos signatários dos acordos de acionistas aplicáveis à Oi os termos de resilição dos mesmos, os quais entraram em vigor no dia 31 de julho de 2015, data de publicação do primeiro anúncio de convocação da Assembleia Geral com vista à aprovação da Incorporação e da Simplificação Societária. A resilição dos acordos de acionistas resulta na inexistência de acionista controlador definido na Companhia.

Em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Companhia, para a implementação da Estrutura Alternativa. Em 31 de agosto de 2015, foi comprovada a regularidade fiscal da Companhia, implementando-se a condição de eficácia prevista na Anuência Prévia. Dessa forma, em 1 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Oi que deliberou, principalmente, sobre:

Notas Explicativas

- (1) a Incorporação da TmarPart pela Oi e respectivo laudo de avaliação elaborado por empresa especializada;
- (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi;
- (3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e
- (4) a proposta e a abertura do prazo para a Conversão Voluntária, bem como seus termos e condições.

Com a aprovação da Incorporação em 1 de setembro de 2015, restou confirmada a resilição dos acordos de acionistas da TmarPart. O acervo líquido a valor contábil da TmarPart incorporado pela Companhia foi de R\$ 122.412, sem alteração no número de ações emitidas e sem diluição dos atuais acionistas. A incorporação também resultou na transferência para o patrimônio líquido da Companhia do acervo líquido relacionado a mais valia de ativos registrados nos ativos da TmarPart no montante de R\$ 6.226.371 e reconhecidos pela Companhia, conforme Nota 2 (b), e na transferência de benefícios fiscais de ágios decorrentes de aquisições de participações da TmarPart e de seus controladores no montante de R\$ 982.768.

Como resultado da Incorporação, os acionistas da TmarPart receberam ações de emissão da Companhia em igual quantidade àquelas detidas pela TmarPart imediatamente antes da Incorporação, de forma que não houve diluição aos demais acionistas da Companhia.

Com relação à Conversão Voluntária, também aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, abriu-se um prazo de 30 dias, até 1 de outubro de 2015, para que os acionistas detentores de ações preferenciais pudessem manifestar sua adesão. Encerrado o prazo de 30 dias, um total de 314.250.655 ações preferenciais da Companhia, ou 66,84% das ações preferenciais ex-tesouraria, foi objeto de manifestações de conversão por titulares de ações preferenciais, tendo sido atingida a adesão mínima de 2/3 de ações preferenciais ex-tesouraria a que estava sujeita a Conversão Voluntária (Nota 22).

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais. O Conselho de Administração da Companhia também aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, para refletir a nova composição do capital social, decorrente da Conversão Voluntária, no Estatuto Social da Companhia. A referida Assembleia foi realizada no dia 13 de novembro de 2015.

Em 10 de dezembro de 2015, foi realizado leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento das frações de ações resultantes da Conversão Voluntária. Como resultado do leilão, foram alienadas 887 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações. Os valores líquidos apurados com a alienação das ações, totalizando R\$ 1.985,60, foram creditados no dia 21 de dezembro de 2015 em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

Notas Explicativas

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Pharol da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e com os contratos definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, que descreviam as etapas necessárias à implementação da Operação, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, com a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs.

Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Pharol em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detinha a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Pharol, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Pharol na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

Otimização da liquidez e perfil de endividamento da Companhia

A Companhia anunciou em 9 de março de 2016 que, contratou a PJT Partners como assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento. Adicionalmente, em 25 de abril de 2016, a Oi anunciou que celebrou um acordo de confidencialidade em termos usualmente utilizados com um terceiro, na qualidade de assessor de um grupo diverso de titulares de obrigações emitidas pela Oi e algumas das suas subsidiárias, sendo este um passo inicial para discussões sobre os termos de uma potencial reestruturação de dívidas.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita que permitirão continuar a levar avanços tecnológicos a seus clientes em todo o Brasil. A Companhia também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

Notas Explicativas

As informações trimestrais consolidadas do Grupo Oi para o período findo em 31 de março de 2016 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores tais como o atingimento das metas de volume de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e, na identificação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar a liquidez e perfil de dívida do Grupo Oi.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, incluindo a não identificação e implementação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar a liquidez e perfil da dívida do Grupo Oi, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a períodos apresentados nessas Informações Trimestrais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2016 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

Após 2 de julho de 2015, os ativos e passivos remanescentes da PT Portugal não alienados à Altice (Nota 1) passaram a ser consolidados pela Companhia, com exceção dos ativos e passivos das operações na África que são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda.

Notas Explicativas

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa e operações de “*hedge*” de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Euro	4,0539	4,2504	4,3009	3,2213
Dólar Norte Americano	3,5589	3,9048	3,9022	2,8702
Escudo de Cabo Verde	0,0371	0,0390	0,0394	0,0298
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000171	0,000174	0,000178	0,000135
Xelim Queniano	0,0351	0,0382	0,0383	0,0314
Dólar da Namíbia	0,2420	0,2510	0,2468	0,2439
Metical de Moçambique	0,0712	0,0832	0,0806	0,0834

Consolidação das Informações Trimestrais

Em decorrência dos eventos societários ocorridos na Cabo Verde Telecom em 2015, a Companhia deixou de exercer todos os seus direitos previstos nos acordos de acionistas, nomeadamente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Para efeitos contábeis a Companhia entende que deixaram de ser cumpridos os critérios para a existência de controle da Cabo Verde Telecom, tendo este investimento passado a ser registrado nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial em detrimento da Consolidação Integral.

(b) Reapresentação das informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2016

Na reapresentação das Informações trimestrais de 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram efetuados ajustes para considerar os efeitos do acervo líquido relacionado ao tratamento contábil da mais valia de ativos registrada no ativo não circulante da TmarPart, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, data de aprovação da incorporação da TmarPart pela Oi. O tratamento contábil da mais valia foi objeto de fato relevante divulgado pela Companhia em 1 de agosto de 2016.

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos societários ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, notadamente a extinção dos Acordos de Acionistas então vigentes com relação à TmarPart e a aprovação, pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, da abertura de prazo para conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias da Companhia e da incorporação da TmarPart pela Companhia, nos pareceres técnicos externos contábeis e jurídicos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não havia registrado no seu balanço a referida mais valia.

Nos termos do ICPC 09 (R2), itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999, em 7 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM e, em 29 de julho de 2016, recebeu o Ofício nº 149/2016-CVM/SEP/GEA-5 da Superintendência de Relações com Empresas da

Notas Explicativas

Comissão de Valores Mobiliários ("SEP"), contendo a manifestação da SEP a respeito da consulta formulada pela Companhia a respeito do tratamento da mais valia. No entendimento da SEP, "a mais valia não deve ser baixada da TmarPart, mas sim mantida no acervo a ser incorporado à Oi, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da Brasil Telecom S.A.".

A Companhia reavaliou a situação em análise e, considerando o teor das conclusões constantes do referido ofício, está reapresentando suas informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo os ajustes efetuados demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016
Ativo circulante	16.436.011		16.436.011	29.202.301		29.202.301
Ativo não circulante	44.646.463	5.822.060	50.468.523	58.303.399	5.822.060	64.125.459
Tributos diferidos a recuperar	6.754.287	(2.999.242)	3.755.045	9.296.296	(2.999.242)	6.297.054
Imobilizado	5.507.538	467.136	5.974.674	25.494.714	467.136	25.961.850
Intangível	212.013	8.354.166	8.566.179	3.185.367	8.354.166	11.539.533
Outros ativos	32.172.625		32.172.625	20.327.022		20.327.022
Ativo total	61.082.474	5.822.060	66.904.534	87.505.700	5.822.060	93.327.760
Passivo circulante	8.551.579		8.551.579	21.839.864		21.839.864
Passivo não circulante	41.013.244		41.013.244	53.014.713		53.014.713
Patrimônio líquido	11.517.651	5.822.060	17.339.711	12.651.123	5.822.060	18.473.183
Reservas de capital	7.016.003	6.226.371	13.242.374	7.016.003	6.226.371	13.242.374
Prejuízos acumulados	(11.340.940)	(404.311)	(11.745.251)	(11.340.940)	(404.311)	(11.745.251)
Outros	15.842.588		15.842.588	16.976.060		16.976.060
Passivo total	61.082.474	5.822.060	66.904.534	87.505.700	5.822.060	93.327.760

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Ajustes	Saldos ajustados em 31/12/2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Ajustes	Saldos ajustados em 31/12/2015
Ativo circulante	12.472.401		12.472.401	38.067.009		38.067.009
Ativo não circulante	47.080.393	5.992.794	53.073.187	58.947.797	5.992.794	64.940.591
Tributos diferidos a recuperar	6.461.517	(3.087.196)	3.374.321	8.883.002	(3.087.196)	5.795.806
Imobilizado	5.498.089	512.921	6.011.010	25.497.191	512.921	26.010.112
Intangível	232.925	8.567.069	8.799.994	3.301.771	8.567.069	11.868.840
Outros ativos	34.887.862		34.887.862	21.265.833		21.265.833
Ativo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600
Passivo circulante	13.422.188		13.422.188	25.574.071		25.574.071
Passivo não circulante	32.914.942		32.914.942	57.034.524		57.034.524
Patrimônio líquido	13.215.664	5.992.794	19.208.458	14.406.211	5.992.794	20.399.005
Reservas de capital	7.016.003	6.226.371	13.242.374	7.016.003	6.226.371	13.242.374
Prejuízos acumulados	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)
Outros	15.871.995		15.871.995	17.062.542		17.062.542
Passivo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600

Notas Explicativas

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de março de 2016:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	11.517.651	11.517.651
Participações dos não controladores originalmente apresentada		1.133.472
Patrimônio líquido total	11.517.651	12.651.123
 Ajustes	 5.822.060	 5.822.060
	5.822.060	5.822.060
Atribuído a:		
Controlador	5.822.060	5.822.060
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	17.339.711	18.473.183
Atribuído a:		
Controlador	17.339.711	17.339.711
Não controladores		1.133.472

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	13.215.664	13.215.664
Participações dos não controladores originalmente apresentada		1.190.547
Patrimônio líquido total	13.215.664	14.406.211
 Ajustes	 5.992.794	 5.992.794
	5.992.794	5.992.794
Atribuído a:		
Controlador	5.992.794	5.992.794
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	19.208.458	20.399.005
Atribuído a:		
Controlador	19.208.458	19.208.458
Não controladores		1.190.547

Notas Explicativas

Conciliação do Resultado líquido para o período findo em 31 de março de 2016:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes (período de 01/01/2016 a 31/03/2016)	Saldos ajustados em 31/03/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes (período de 01/01/2016 a 31/03/2016)	Saldos ajustados em 31/03/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.481.152		1.481.152	6.755.111		6.755.111
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(770.503)	(258.663)	(1.029.166)	(4.128.740)	(258.663)	(4.387.403)
Resultado bruto	710.649	(258.663)	451.986	2.626.371	(258.663)	2.367.708
Despesas/Receitas operacionais	(809.154)	(25)	(809.179)	(2.233.852)	(25)	(2.233.877)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(98.505)	(258.688)	(357.193)	392.519	(258.688)	133.831
Resultado financeiro	(1.683.397)		(1.683.397)	(1.902.802)		(1.902.802)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.781.902)	(258.688)	(2.040.590)	(1.510.283)	(258.688)	(1.768.971)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	113.296	87.954	201.250	(133.869)	87.954	(45.915)
Prejuízo do período	(1.668.606)	(170.734)	(1.839.340)	(1.644.152)	(170.734)	(1.814.886)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.668.606)	(170.734)	(1.839.340)	(1.668.606)	(170.734)	(1.839.340)
Atribuído a sócios não controladores				24.454		24.454

Conciliação dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2016:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016
Atividades operacionais						
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.781.902)	(258.688)	(2.040.590)	(1.510.283)	(258.688)	(1.768.971)
Depreciação e amortização	278.264	258.663	536.927	1.373.180	258.663	1.631.843
Perda na baixa de ativo permanente	4.314	25	4.339	5.077	25	5.102

Notas Explicativas

Conciliação da demonstração do valor adicionado para o período findo em 31 de março de 2016:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/03/2016	Ajustes	Saldos ajustados em 31/03/2016
Retenções						
Depreciação e amortização	(278.264)	(258.663)	(536.927)	(1.373.180)	(258.663)	(1.631.843)
Outras despesas	(62.220)	(25)	(62.245)	(162.315)	(25)	(162.340)
Valor adicionado total a distribuir	1.786.489	(258.688)	1.527.801	4.256.624	(258.688)	3.997.936
Impostos e taxas						
Federais	91.790	87.954	179.744	(443.785)	87.954	(355.831)
Prejuízos retidos	1.668.606	170.734	1.839.340	1.668.606	170.734	1.839.340
Valor adicionado distribuído	(1.786.489)	258.688	(1.527.801)	(4.256.624)	258.688	(3.997.936)

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2016			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	577.351	577.351	786.564	786.564
Equivalentes de caixa	Valor justo	6.221.525	6.221.525	7.501.935	7.501.935
Aplicações financeiras	Valor justo	38.004	38.004	238.190	238.190
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	4.054.336	4.054.336	5.841.542	5.841.542
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.933.756	1.933.756		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.673.112	1.673.112	8.553.732	8.553.732
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	3.381.902	3.381.902	3.381.902	3.381.902
Dividendos a receber	Custo amortizado	1.839.793	1.839.793	1.839.793	1.839.793
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.423.381	1.423.381	5.201.887	5.201.887
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	2.083.496	2.083.496	13.323.418	13.323.418
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	21.665.657	22.189.820		
Debêntures	Custo amortizado	3.956.649	3.954.497	4.007.453	4.005.301
“Senior Notes”	Custo amortizado	10.493.162	3.858.991	34.307.961	11.080.415
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	3.217.717	3.217.717	3.573.314	3.573.314
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	28.131	28.131	57.405	57.405
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	7.422	7.422	982.453	982.453
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	463.847	463.847	774.093	774.093
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	396.900	396.900	396.900	396.900

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	177.573	177.573	1.111.840	1.111.840
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.341.011	1.341.011	13.786.223	13.786.223
Aplicações financeiras	Valor justo	38.733	38.733	1.927.686	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	5.393.673	5.393.673	7.386.703	7.386.703
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.353.617	3.353.617		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.428.751	2.428.751	8.379.719	8.379.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	3.541.314	3.541.314	3.541.314	3.541.314
Dividendos a receber	Custo amortizado	2.042.191	2.042.191	2.042.191	2.042.191
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.388.520	1.388.520	5.004.833	5.004.833
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	4.936.551	4.936.551	17.049.280	17.049.280
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	13.035.521	13.063.594		
Debêntures	Custo amortizado	4.088.002	4.078.516	4.138.025	4.128.539
“Senior Notes”	Custo amortizado	11.163.801	6.468.489	38.670.111	22.159.838
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.411.838	2.411.838	2.510.343	2.510.343
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	65.663	65.663	96.433	96.433
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	479.655	479.655	795.088	795.088
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	382.230	382.230	382.230	382.230

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos com o BNDES e agências de crédito à exportação, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

Notas Explicativas

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Notas Explicativas

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	577.351	177.573	786.564	1.111.840
Equivalentes de caixa	Nível 2	6.221.525	1.341.011	7.501.935	13.786.223
Aplicações financeiras	Nível 2	38.004	38.733	238.190	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	4.054.336	5.393.673	5.841.542	7.386.703
Ativos mantidos para venda	Nível 3	3.381.902	3.541.314	3.381.902	3.541.314
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	3.217.717	2.411.838	3.573.314	2.510.343

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre

Notas Explicativas

valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com as políticas, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro, a dívida bruta, dívida líquida e o fluxo de caixa do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, uma diretriz a ser seguida em cada ano fiscal.

Para o devido gerenciamento de riscos, a Companhia poderá contratar ou reverter instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A contratação de tais instrumentos depende dentre outros fatores da disponibilidade de limite de crédito junto aos bancos. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos a prazo em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 52,55% (31/12/2015 – 73,22%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos nas controladas da África e Ásia. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco cambial

A Administração estimou o impacto da desvalorização hipotética do Euro e do Dólar em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2016	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,55890	0%
Euro	4,05390	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,66918	25%
Euro	3,04043	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	1,77945	50%
Euro	2,02695	50%

CONSOLIDADO				
31/03/2016				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	individual			
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	100.826	75.619	50.413
Caixa em Euro	Queda do Euro	4.873.009	3.654.757	2.436.505
Total vinculado a taxas de câmbio		4.973.835	3.730.376	2.486.918

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 75,4% (31/12/2015 – 78,5%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 99,6% (31/12/2015 – 99,5%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os recursos de caixa mantidos em Euros e em Dólares funcionam como um “hedge” natural às dívidas denominadas em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Notas Explicativas

Esses ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	444.503	444.503	47.839	47.839
Equivalentes de caixa	4.386.122	4.386.122	5.452	5.452
Aplicações financeiras	1.901	1.901	3.667	3.667
Instrumentos financeiros derivativos	4.054.336	4.054.336	5.393.673	5.393.673
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	10.055.337	4.097.641	13.530.721	9.138.347
Instrumentos financeiros derivativos	2.500.604	2.500.604	1.819.976	1.819.976

	CONSOLIDADO			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	493.174	493.174	761.788	761.788
Equivalentes de caixa	4.446.877	4.446.877	10.553.452	10.553.452
Aplicações financeiras	33.784	33.784	1.765.541	1.765.541
Instrumentos financeiros derivativos	5.187.763	5.187.763	6.940.963	6.940.963
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	38.889.217	16.338.145	46.935.152	30.727.817
Instrumentos financeiros derivativos	2.853.872	2.853.872	1.915.910	1.915.910

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	3,0 - 7,9	2.627.498	3.456.170
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,5	589.890	819.647
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,7 - 5,2	(526.218)	(169.513)

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,5 - 7,9	3.580.370	4.954.291
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,5	589.890	819.647
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,7 - 5,2	(526.218)	(169.513)

Notas Explicativas

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(113.419)	(106.440)
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(1.074.691)	(427.452)
Contratos de Opção (PUT USD /R\$)	3,1 - 4,6	17.455	8.783
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,6	47.601	24.767
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,6	(14.384)	(32.265)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	< 1 ano		31.467
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	< 1 ano		(27.965)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(286.132)	(156.707)
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(1.074.691)	(427.452)
Contrato de Opção (PUT USD /R\$)	3,1 - 4,6	17.455	8.783
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,6	47.601	24.767
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,6	(14.384)	(32.265)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a

Notas Explicativas

possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Contrato de Opções (“Put”)

Refere-se a operações de compra de opção de venda de US\$, referente a parcela de principal da dívida, no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar um limite inferior a variação cambial, a um grupo de “swaps”, para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis na ponta ativa destes derivativos.

Em 31 de março de 2016 e de 2015, foram registrados em resultados financeiros as operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ganho (perda) com “swap” cambial	(1.818.701)	1.648.008	(2.293.293)	2.178.409
Operações de termo em moedas	(781.937)	349.565	(933.624)	412.639
Opções	49.386		49.386	
Total	(2.551.252)	1.997.573	(3.177.531)	2.591.048

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/012/2015	(294.946)	(294.946)
Resultado dos “hedges” designados	268.559	297.424
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(311)	1.946
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	2.042	2.420
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(91.898)	(102.608)
“Hedge” reflexo de controlada	20.790	
Saldo em 31/03/2016	(95.764)	(95.764)

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de março de 2016. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Taxa	
	31/03/2016	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,5589	0%
Euro	4,0539	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,44863	25%
Euro	5,06738	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,33835	50%
Euro	6,08085	50%

Em 31 de março de 2016, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
31/03/2016				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.897.245	9.871.556	11.845.868
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(12.573.898)	(15.717.373)	(18.860.847)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(7.683)	(9.604)	(11.525)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.383.929	2.979.911	3.575.894
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(15.849.887)	(19.812.359)	(23.774.831)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(4.824.843)	(6.031.054)	(7.237.265)
Total vinculado a taxas de câmbio		(22.975.137)	(28.718.923)	(34.462.706)

CONSOLIDADO				
31/03/2016				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	18.228.966	22.786.208	27.343.449
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(18.358.745)	(22.948.431)	(27.538.118)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(100.825)	(126.031)	(151.238)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	21.096.533	26.370.666	31.644.800
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(15.849.887)	(19.812.359)	(23.774.831)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(4.873.009)	(6.091.261)	(7.309.514)
Total vinculado a taxas de câmbio		143.033	178.792	214.548

Notas Explicativas

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares.

Em 31 de março de 2016, aproximadamente 31,5% (31/12/2015 – 33,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 62,2% (31/12/2015 – 59,6%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.835.403	1.835.403	1.335.559	1.335.559
Aplicações financeiras	36.103	36.103	35.066	35.066
Créditos com partes relacionadas	1.933.756	1.933.756	3.353.617	3.353.617
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	27.070.919	26.392.293	21.397.323	21.387.837
Instrumentos financeiros derivativos	717.113	717.113	591.862	591.862

	CONSOLIDADO			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	3.055.058	3.055.058	3.232.771	3.232.771
Aplicações financeiras	204.406	204.406	162.145	162.145
Instrumentos financeiros derivativos	653.779	653.779	445.740	445.740
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	14.537.688	13.859.062	18.307.705	18.298.218
Instrumentos financeiros derivativos	719.442	719.442	594.433	594.433

Notas Explicativas

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “swap” Pré/DI	4,5	(63.334)	(146.121)

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “swap” Pré/DI	4,5	(63.334)	(146.121)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	5,8	(653.779)	(445.741)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2016	31/12/2015
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,2- 5,8	(656.108)	(448.312)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	5,8	653.779	445.740

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Notas Explicativas

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 31 de março de 2016 e de 2015, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(279.818)	(167.385)	(5.660)	(27.653)
Total	(279.818)	(167.385)	(5.660)	(27.653)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2015	(108.059)	(108.059)
Resultado dos “hedges” designados	87.462	87.462
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(75)	(75)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	1.123	1.123
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(30.094)	(30.094)
“Hedge” reflexo de controlada		
Saldo em 31/03/2016	(49.643)	(49.643)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. A partir de 1 de janeiro até 31 de março de 2016 foi elevada para 7,5% a.a.

31/03/2016								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
14,13%	7,50%	0,89970%	17,66%	9,38%	1,12463%	21,20%	11,25%	1,34955%

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
31/03/2016				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.365.400	1.658.733	1.949.867
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	9.981.254	12.230.427	14.461.611
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	212.722	253.525	296.132
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	76.886	83.986	91.085
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(1.320.530)	(1.393.551)	(1.466.571)
Total vinculado a taxas de juros		10.315.732	12.833.120	15.332.124

CONSOLIDADO				
31/03/2016				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.896.770	2.278.175	2.655.946
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	11.211.823	13.740.669	16.247.136
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	907.491	1.082.233	1.264.603
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	500.129	538.749	577.371
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(292.802)	(316.619)	(340.436)
Total vinculado a taxas de juros		14.223.411	17.323.207	20.404.620

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de março de 2016, aproximadamente 98,48% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

Notas Explicativas

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinancear dívidas.

Face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016, conforme mencionado na Nota 1, a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento. Adicionalmente, em 25 de abril de 2016, a Oi anunciou que celebrou um acordo de confidencialidade em termos usualmente utilizados com um terceiro, na qualidade de assessor de um grupo diverso de titulares de obrigações emitidas pela Oi e algumas das suas subsidiárias, sendo este um passo inicial para discussões sobre os termos de uma potencial reestruturação de dívidas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2016					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	4.722.581	6.487.560	24.851.882	361.589	36.423.612
Debêntures (i)	1.491.335	3.859.491			5.350.826
Fornecedores (ii)	123.366				123.366
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	40.530	162.120	108.081	153.116	463.847

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de março de 2016					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	12.156.993	22.136.186	16.337.532	6.137.501	56.768.212
Debêntures (i)	1.486.454	3.930.788	16.846		5.434.088
Fornecedores (ii)	916.369				916.369
Autorizações e concessões (iii)	938.834	43.619			982.453
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	67.639	270.558	180.371	255.525	774.093

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

Notas Explicativas

- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação;
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período; e
- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida (Nota 1).

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “Covenants”.

Notas Explicativas**4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.452.292	3.465.768	11.636.652	11.159.427
Deduções da receita bruta	(1.971.140)	(1.875.684)	(4.881.541)	(4.119.492)
Tributos	(465.251)	(498.942)	(1.994.791)	(2.111.310)
Outras deduções	(1.505.889)	(1.376.742)	(2.886.750)	(2.008.182)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.481.152	1.590.084	6.755.111	7.039.935

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Receitas de vendas e/ou serviços	1.481.152	1.590.084	6.755.111	7.039.935
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(214.818)	(237.932)	(357.631)	(505.803)
Pessoal	(74.196)	(141.424)	(684.600)	(616.516)
Serviços de terceiros	(372.183)	(350.752)	(1.551.384)	(1.553.434)
Serviço de manutenção da rede	(155.285)	(158.501)	(488.545)	(459.588)
Custo de aparelhos e outros			(73.651)	(148.911)
Publicidade e propaganda	(2.724)	(3.045)	(93.464)	(39.157)
Aluguéis e seguros	(170.745)	(104.247)	(1.096.814)	(886.435)
Provisões	(77.884)	(106.165)	(204.955)	(223.144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.570)	(33.524)	(127.574)	(169.276)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(221.013)	46.689	(300.823)	(426.412)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)			(9.996)	
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.301.418)	(1.088.901)	(4.989.437)	(5.028.676)
Depreciação e amortização	(536.927)	(228.417)	(1.631.843)	(1.218.388)
Total das despesas operacionais	(1.838.345)	(1.317.318)	(6.621.280)	(6.247.064)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(357.193)	272.766	133.831	792.871
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.279.133	181.371	278.088	306.921
Despesas financeiras	(2.962.530)	(1.069.695)	(2.180.890)	(1.576.008)
Total do resultado financeiro	(1.683.397)	(888.324)	(1.902.802)	(1.269.087)
Prejuízo antes das tributações	(2.040.590)	(615.558)	(1.768.971)	(476.216)
Imposto de renda e contribuição social	201.250	246.686	(45.915)	62.120
Prejuízo líquido das operações continuadas	(1.839.340)	(368.872)	(1.814.886)	(414.096)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		(32.445)		(32.445)
Prejuízo do período	(1.839.340)	(401.317)	(1.814.886)	(446.541)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(1.839.340)	(401.317)	(1.839.340)	(401.317)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			24.454	(45.224)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.029.166)	(676.912)	(4.387.403)	(3.794.762)
Despesas com vendas	(247.642)	(278.708)	(1.058.009)	(1.147.766)
Despesas gerais e administrativas	(320.472)	(323.925)	(923.665)	(949.395)
Outras receitas operacionais	164.955	57.801	370.412	184.778
Outras despesas operacionais	(136.226)	(206.426)	(622.268)	(540.351)
Resultado de equivalência patrimonial	(269.794)	110.852	(347)	432
Total das despesas operacionais	(1.838.345)	(1.317.318)	(6.621.280)	(6.247.064)

- (i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 269.794 na controladora (receita de R\$ 110.852 – 31/03/2015) e despesa de R\$ 347 (receita de R\$ 432 – 31/03/2015) no consolidado.
- (ii) As outras despesas operacionais, líquidas no período findo em 31 de março de 2016 incluem R\$ 9.996 de custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas no período.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(256.395)	8.110	(115.101)	44.518
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	50.270	69.321	136.313	183.938
Rendimentos de aplicações financeiras	20.726	11.950	54.745	44.679
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	1.396.334	61.600	241	3.161
Outras receitas (i)	68.198	30.390	201.890	30.625
Total	1.279.133	181.371	278.088	306.921
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	743.795	(2.107.962)	2.567.975	(2.756.890)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(240.820)	(275.320)	(771.066)	(611.532)
Juros sobre debêntures	(141.930)	(286.030)	(142.711)	(286.755)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(2.831.070)	1.830.188	(3.183.191)	2.563.395
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(283.257)	(83.520)		
Subtotal:	(2.753.282)	(922.644)	(1.528.993)	(1.091.782)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(55.877)	(48.109)	(265.025)	(227.996)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(82.741)	(41.751)	(190.666)	(98.277)
Atualização monetária de provisões	(62.629)	(17.058)	(136.690)	(52.576)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(352)	(13.780)	(3.630)	(23.780)
Outras despesas	(7.649)	(26.353)	(55.886)	(81.597)
Subtotal:	(209.248)	(147.051)	(651.897)	(484.226)
Total	(2.962.530)	(1.069.695)	(2.180.890)	(1.576.008)
Resultado financeiro	(1.683.397)	(888.324)	(1.902.802)	(1.269.087)

- (i) Refere-se, substancialmente, ao ganho decorrente das operações de recompra de debêntures próprias.
- (ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões financeiras.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(4.665)	(10.769)	(156.479)	(271.043)
Tributos diferidos (Nota 10)	205.915	257.455	110.564	333.163
Total	201.250	246.686	(45.915)	62.120

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Prejuízo antes das tributações	(2.040.590)	(615.558)	(1.768.971)	(476.216)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	693.801	209.290	601.450	161.913
Equivalência patrimonial	(91.730)	37.689	(118)	147
Efeitos tributários dos JSCP		543		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	89	87	701	10.792
Exclusões (adições) permanentes (ii)	49.457	(923)	33.232	(117.206)
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	(450.367)		(746.997)	(35.858)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			65.817	42.332
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	201.250	246.686	(45.915)	62.120

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da não constituição de crédito tributário sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais e base negativa gerados no próprio ano.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

As Informações Trimestrais findas em 31 de março de 2016 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes

Notas Explicativas

em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 (para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014).

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, cujas alterações em relação ao texto original não alteram as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições desde 1 de janeiro de 2015.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e contas bancárias	577.351	177.573	786.564	1.111.840
Equivalentes de caixa	6.221.525	1.341.011	7.501.935	13.786.223
Total	6.798.876	1.518.584	8.288.499	14.898.063

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
"Time Deposits"	4.384.764	4.175	4.421.782	10.734.985
Operações compromissadas	1.153.908	744.220	1.719.170	1.637.798
CDB – Certificado de Depósito Bancário	679.773	589.664	1.332.899	1.387.158
Outros	3.080	2.952	28.084	26.282
Equivalentes de caixa	6.221.525	1.341.011	7.501.935	13.786.223

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
"Time Deposits"				1.700.386
Títulos privados	21.181	20.580	129.639	125.966
Títulos públicos	14.921	14.486	108.551	101.334
Outros	1.902	3.667		
Total	38.004	38.733	238.190	1.927.686
Circulante	16.823	18.153	108.551	1.801.720
Não circulante	21.181	20.580	129.639	125.966

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em euros.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Serviços faturados	1.408.754	2.176.019	6.964.948	6.733.219
Serviços a faturar	454.047	448.768	1.119.624	1.296.562
Aparelhos e acessórios vendidos	80.406	80.331	977.643	911.077
Subtotal:	1.943.207	2.705.118	9.062.215	8.940.858
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(270.095)	(276.367)	(508.483)	(561.139)
Total	1.673.112	2.428.751	8.553.732	8.379.719

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	1.375.277	1.868.784	6.159.210	6.855.027
Vencidas até 60 dias	343.662	624.402	1.997.891	1.296.612
Vencidas de 61 a 90 dias	43.868	34.392	200.731	146.608
Vencidas de 91 a 120 dias	26.956	27.415	125.721	121.916
Vencidas de 121 a 150 dias	19.475	22.362	120.172	124.887
Vencidas acima de 150 dias	133.969	127.763	458.490	395.808
Total	1.943.207	2.705.118	9.062.215	8.940.858

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2015	(276.367)	(561.139)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.570)	(126.801)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	18.842	179.457
Saldo em 31/03/2016	(270.095)	(508.483)

Notas Explicativas

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016 (Reapresentado)	31/12/2015 (Reapresentado)	31/03/2016 (Reapresentado)	31/12/2015 (Reapresentado)
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	5.914	212.808	47.360	416.125
CS a recuperar (i)	3.616	74.124	18.538	153.059
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	69.917	83.144	241.021	346.389
Total circulante	79.447	370.076	306.919	915.573
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	2.384.520	2.423.763	2.384.520	2.423.763
IR e CS sobre mais valia (iv)	(2.999.242)	(3.087.196)	(2.999.242)	(3.087.196)
IR e CS sobre diferenças temporárias	2.822.256	2.785.601	3.947.474	4.023.771
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa	1.125.053	1.126.496	2.293.638	2.288.190
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	3.332.587	3.248.664	5.626.390	5.648.528
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	422.458	125.657	670.664	147.278
Total não circulante	3.755.045	3.374.321	6.297.054	5.795.806

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	3.412	23.240	97.882	211.571
CS a pagar	56.133	58.769	90.306	128.053
Total circulante	59.545	82.009	188.188	339.624

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (iv) Refere-se aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart (Nota 2.(b)).
- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldoem 31/12/2015 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldoem 31/03/2016 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias (i)				
Provisões	930.751	59		930.810
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	45.761	4.971		50.732
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	177.724	6.844		184.568
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	100.930	(2.646)		98.284
Participação nos lucros	23.868	(15.606)		8.262
Variações cambiais	1.578.914	102.314		1.681.228
Ágio incorporado	2.423.763	(39.243)		2.384.520
Mais valia incorporada	(3.087.196)	87.954		(2.999.242)
Contabilidade de "hedge"	178.072		(121.992)	56.080
Outras adições e exclusões temporárias	(250.419)	62.711		(187.708)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	2.122.168	207.358	(121.992)	2.207.534
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.467.415	448.924		1.916.339
Provisão ao valor de recuperação	(340.919)	(450.367)		(791.286)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.126.496	(1.443)		1.125.053
Total	3.248.664	205.915	(121.992)	3.332.587

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias (i)				
Provisões	1.393.087	19.330		1.412.417
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	146.256	5.100		151.356
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	176.436	6.850		183.286
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	658.870	8.386		667.256
Participação nos lucros	64.243	(17.917)		46.326
Variações cambiais	1.778.361	20.225		1.798.586
Ágio incorporado	2.423.763	(39.243)		2.384.520
Mais valia incorporada	(3.087.196)	87.954		(2.999.242)
Contabilidade de "hedge"	207.609		(132.702)	74.907
Outras adições e exclusões temporárias	(401.091)	14.431		(386.660)
Subtotal tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.360.338	105.116	(132.702)	3.332.752
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.134.378	254.695		4.389.073
Provisão ao valor de recuperação	(1.846.188)	(249.247)		(2.095.435)
Subtotal tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.288.190	5.448		2.293.638
Total	5.648.528	110.564	(132.702)	5.626.390

Notas Explicativas

- (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 31 de março de 2016, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, foram constituídas provisões para perdas no montante de R\$ 2.095.435 (31/12/2015 – R\$ 1.391.869).

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade, no montante de R\$ 507.748 (31/12/2015 – R\$ 454.319).

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar (i)	399.534	371.479	1.326.643	1.285.800
PIS e COFINS	18.954	18.718	203.350	200.029
Outros	15.131	15.102	97.387	97.056
Total	433.619	405.299	1.627.380	1.582.885
Circulante	233.597	210.603	978.362	922.986
Não circulante	200.022	194.696	649.018	659.899

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS	308.679	295.271	745.036	759.922
ICMS Convênio nº 69/1998	19.374	18.859	33.986	33.998
PIS e COFINS	398.754	382.680	669.370	668.888
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão	108.397	108.319	875.106	861.212
Outros	86.204	83.203	148.820	153.968
Total	921.408	888.332	2.472.318	2.477.988
Circulante	777.725	762.079	1.515.529	1.553.651
Não circulante	143.683	126.253	956.789	924.337

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Notas Explicativas

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis	7.356.133	7.288.084	9.602.647	9.459.735
Tributárias	688.696	669.982	2.604.953	2.548.720
Trabalhistas	1.407.062	1.356.218	2.451.258	2.368.902
Total	9.451.891	9.314.284	14.658.858	14.377.357
Circulante	806.556	887.449	1.174.811	1.258.227
Não circulante	8.645.335	8.426.835	13.484.047	13.119.130

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas	16.807.519	17.118.485		
Negócios em conjunto			60.960	63.837
Investimentos em coligadas			40.719	39.003
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	20.471	20.471
Total	16.833.209	17.144.175	153.729	154.890

Conforme mencionado na Nota 1, no processo de venda da PT Portugal para Altice, a Companhia passou a deter investimento direto nas empresas PT Participações, PTIF, CVTEL e Carrigans.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2015	17.144.175	154.890
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(269.794)	(347)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	20.790	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	(2.381)	(2.381)
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	(15.606)	1.567
Transferência de investimentos p/ provisão para patrimônio líquido negativo	24.083	
Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo	(68.062)	
Outros	4	
Saldo em 31/03/2016	16.833.209	153.729

Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			31/03/2016			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	16.205.483	(448.782)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	649.014	57.519	215.538.129		50	100
Oi Holanda	84.223	131.428	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	8.998	2.850	799		100	100
PTIF	(270.011)	(3.227)	0,042		100	100
CVTEL	(185)	(4)	18		100	100
Carrigans	96		0,100		100	100

CONTROLADORA			
31/03/2016			
Controladas	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
TMAR	(448.782)	16.205.483	
Rio Alto	28.759	324.507	
Oi Holanda	131.428	84.223	
Oi Serviços Financeiros	2.850	8.998	
PTIF	(3.227)		270.011
CVTEL	(4)		185
Carrigans		96	
Resultado não realizado com investidas	3.576	184.212	
PT Participações (i)	15.606		
Total	(269.794)	16.807.519	270.196

CONTROLADORA			
31/12/2015			
Controladas	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
TMAR	(2.082.546)	16.635.856	
Rio Alto	111.430	295.747	
Oi Holanda	(187.775)		47.205
Oi Serviços Financeiros	8.195	6.147	
PTIF	(550.136)		266.785
CVTEL	(193)		190
Carrigans		98	
Resultado não realizado com investidas	79.024	180.637	
Operações na África (i)	12.009		
PT Participações (i)	(1.494.589)		
Total	(4.104.581)	17.118.485	314.180

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Notas Explicativas

Informações financeiras resumidas

	31/03/2016		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	35.348.588	19.143.105	2.444.960
Oi Holanda	23.441.371	23.357.148	
PTIF	15.863.969	16.133.980	
Rio Alto	741.259	92.245	124.683
Oi Serviços Financeiros	66.617	57.619	2.075
CVTEL	12	197	

	31/12/2015		31/03/2015
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.822.800	20.186.944	2.718.287
Oi Holanda	24.886.102	24.933.307	
PTIF	18.910.725	19.177.510	
Rio Alto	686.913	95.419	105.718
Oi Serviços Financeiros	79.084	72.937	4.660
CVTEL	14	204	

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	131.743	6.288.764	23.036.666	4.689.784	1.904.360	2.187.034	38.238.351
Adições	241.508		23.925	3.435		870	269.738
Baixas		(3.883)	(462)	(1.983)	(71)	(12)	(6.411)
Transferências	(84.806)	3.952	54.208	25.956	30	660	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	288.445	6.288.833	23.114.337	4.717.192	1.904.319	2.188.552	38.501.678
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)		(6.072.111)	(19.696.947)	(3.399.414)	(1.420.415)	(1.638.454)	(32.227.341)
Despesas de depreciação		(11.753)	(171.471)	(86.535)	(13.811)	(18.164)	(301.734)
Baixas		95	436	1.462	68	10	2.071
Transferências			(2)	4	5	(7)	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)		(6.083.769)	(19.867.984)	(3.484.483)	(1.434.153)	(1.656.615)	(32.527.004)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	131.743	216.653	3.339.719	1.290.370	483.945	548.580	6.011.010
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	288.445	205.064	3.246.353	1.232.709	470.166	531.937	5.974.674
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	1.656.581	19.887.701	54.505.418	26.453.239	4.287.333	5.670.000	112.460.272
Adições	988.401		79.180	4.265	13	9.862	1.081.721
Baixas		(4.642)	(773)	(1.983)	(71)	(14)	(7.483)
Transferências	(614.806)	27.895	525.852	54.808	(3.603)	9.854	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	2.030.176	19.910.954	55.109.677	26.510.329	4.283.672	5.689.702	113.534.510
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)		(17.886.742)	(40.901.155)	(20.551.762)	(2.431.268)	(4.679.233)	(86.450.160)
Despesas de depreciação		(108.737)	(620.434)	(297.378)	(30.586)	(67.746)	(1.124.881)
Baixas		94	746	1.463	68	10	2.381
Transferências			(32)	(14)	24	22	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)		(17.995.385)	(41.520.875)	(20.847.691)	(2.461.762)	(4.746.947)	(87.572.660)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	1.656.581	2.000.959	13.604.263	5.901.477	1.856.065	990.767	26.010.112
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	2.030.176	1.915.569	13.588.802	5.662.638	1.821.910	942.755	25.961.850
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de março de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 3.030.342 (31/12/2015 – R\$ 3.163.440), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.985.225 (31/12/2015 - R\$ 8.379.262).

No período findo em 31 de março de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

Notas Explicativas

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	107.567	2.425.139	14.477.394	534.181	17.544.281
Adições	1.378				1.378
Transferências	(699)	635		64	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	108.246	2.425.774	14.477.394	534.245	17.545.659
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)		(2.327.563)	(5.961.279)	(455.445)	(8.744.287)
Despesas de amortização		(21.827)	(212.903)	(463)	(235.193)
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)		(2.349.390)	(6.174.182)	(455.908)	(8.979.480)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	107.567	97.576	8.516.115	78.736	8.799.994
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	108.246	76.384	8.303.212	78.337	8.566.179
Taxa anual de amortização (média)		20%		20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	706.172	125.841	7.907.751	18.518.405	1.654.255	28.912.424
Adições		92.938	6.879	23.035	9.486	132.338
Transferências		(86.456)	76.236		10.220	
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	706.172	132.323	7.990.866	18.541.440	1.673.961	29.044.762
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	(459.645)		(6.538.340)	(8.641.457)	(1.404.142)	(17.043.584)
Despesas de amortização	(496)		(153.001)	(280.385)	(27.763)	(461.645)
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	(460.141)		(6.691.341)	(8.921.842)	(1.431.905)	(17.505.229)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	246.527	125.841	1.369.411	9.876.948	250.113	11.868.840
Saldo em 31/03/2016 (Reapresentado)	246.031	132.323	1.299.525	9.619.598	242.056	11.539.533
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2015 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 11,8% para TV, 6% para Meios de pagamento, 13,7% para Provedor de internet RII, 1% para Multimídia RII e 3% para Serede, taxa de desconto de 13,2% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	2.376.108
Meios de pagamento	69.982	36.211	106.193	168.784
Provedor de internet RII	42.898	72.828	115.726	393.296
Multimídia RII	156.370	7.345	163.715	600.790
Serede (i)	10.260	92.453	102.713	318.338
Total	326.233	246.527	572.760	3.857.316

(i) Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont manterá a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia. A aquisição dos ativos e passivos da Telemont no Estado do Rio de Janeiro foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, tendo sido determinado um ágio na aquisição no valor de R\$ 92.453

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	331.368	222.451	1.676.223	1.282.493
Serviços	925.405	978.224	3.002.093	3.059.394
Aluguel de postes e direito de passagem	122.720	120.050	272.019	341.143
Outros	43.888	67.795	251.552	321.803
Total	1.423.381	1.388.520	5.201.887	5.004.833

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
“Senior Notes”	10.493.162	11.163.801	34.307.961	38.670.111		
Moeda nacional	1.060.450	1.090.716	1.060.450	1.090.716	Mar/2016 à set/2016	11,75
Moeda estrangeira	9.432.712	10.073.085	33.247.511	37.579.395	Mar/2016 à fev/2022	14,13
Instituições financeiras	2.323.373	5.196.600	13.808.412	17.540.795		
CCB - Cédula de Crédito Bancário			2.501.105	2.416.314	Mar/2016 à jan/2028	12,04
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	473.089	450.263	1.468.351	1.397.504	Mar/2016 à ago/2022	14,65
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	1.850.284	2.006.070	9.838.956	10.986.710	Mar/2016 à dez/2033	10,98
Linha de crédito rotativo		2.740.267		2.740.267	Mar/2016 à out/2016	
Debêntures públicas	3.962.845	4.094.737	4.013.649	4.144.760	Mar/2016 à jul/2021	11,75
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 25)	21.665.657	13.035.521			Mar/2016 à Jun/2022	16,41
Subtotal	38.445.037	33.490.659	52.130.022	60.355.666		
Custo de transação incorrido	(246.073)	(266.783)	(491.190)	(498.249)		
Total	38.198.964	33.223.876	51.638.832	59.857.417		
Circulante	2.656.044	5.502.425	8.072.438	11.809.598		
Não circulante	35.542.920	27.721.451	43.566.394	48.047.819		

Notas Explicativas

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Instituições financeiras	239.877	260.048	484.994	491.514
Debêntures públicas	6.196	6.735	6.196	6.735
Total	246.073	266.783	491.190	498.249
Circulante	52.853	60.668	109.648	117.531
Não circulante	193.220	206.115	381.542	380.718

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Euro	2.377.874	2.456.578	21.012.085	24.221.508
Dólar Norte Americano	7.677.463	11.074.143	17.877.132	22.713.644
Reais	28.143.627	19.693.155	12.749.615	12.922.265
Total	38.198.964	33.223.876	51.638.832	59.857.417

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Taxa pré-fixada	10.529.474	11.200.270	35.422.824	39.892.444
Libor	781.135	3.625.537	5.169.989	8.812.005
CDI	25.603.424	17.055.791	6.354.883	6.347.119
TJLP	686.360	715.995	3.012.816	3.148.581
IPCA	479.626	505.147	1.499.719	1.475.381
INPC	118.945	121.136	178.601	181.887
Total	38.198.964	33.223.876	51.638.832	59.857.417

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2016			
2017	3.401.771	6.185.791	38.781	78.185
2018	1.131.189	6.316.098	48.180	95.789
2019	2.351.858	6.803.377	44.489	85.904
2020	6.725.305	13.544.484	37.961	68.507
2021 e exercícios seguintes	22.126.017	11.098.186	23.809	53.157
Total	35.736.140	43.947.936	193.220	381.542

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

“Senior Notes” – Moeda Estrangeira e Nacional

Em 31 de março de 2016 a Companhia detinha obrigações de sua emissão adquiridas no mercado pelo montante de aproximadamente US\$ 33 milhões, as quais mantêm em carteira e se destinam a ser canceladas ou mantidas até à maturidade.

Notas Explicativas

Instituições Financeiras

Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: SEK – “*Swedish Export Corporation*”; CDB – “*China Development Bank*”; “*Delcredere Ducroire*”; e FEC – “*Finnish Export Credit*”.

A linha de crédito contratada junto ao EKN, possuía exigência relativa à necessidade de pagamento antecipado caso ocorresse rebaixamento em nossa nota de crédito. Em virtude do rebaixamento do “*rating*” da dívida da Oi para nível inferior a Ba2 pela “*Moody*” ou BB pela “*Fitch*”, foi solicitado o pagamento antecipado do valor do principal em aberto desse contrato de crédito à exportação de R\$ 202 milhões em abril de 2016.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 3.447 milhões.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo dos financiamentos.

Em 2015, a Oi obteve “*waivers*” temporários junto a seus credores, onde ficou acordada a alteração do “*covenant*” financeiro para a razão “Dívida Líquida Total da Companhia/Ebitda” o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes. A Companhia pretende obter novos “*waivers*” dos credores que concederam prazos inferiores a 31 de dezembro de 2016 de forma tempestiva.

Adicionalmente, a maioria dos “*waivers*” temporários aplicáveis até 31 de dezembro de 2016 requerem que a Companhia use o caixa recebido na venda da PT Portugal no pagamento de financiamentos ou no processo de consolidação do setor das telecomunicações no Brasil.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 31 de março de 2016 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros que causasse vencimento antecipado de outras dívidas.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Notas Explicativas

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	3.989.280	5.258.200	5.122.707	6.805.084
Contratos de "swap" - taxa de juros			653.779	445.740
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"		101.923		102.329
Contratos de Opção	65.056	33.550	65.056	33.550
Total	4.054.336	5.393.673	5.841.542	7.386.703
Circulante	306	103.537	341.555	606.387
Não circulante	4.054.030	5.290.136	5.499.987	6.780.316
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	1.298.110	1.151.896	1.478.665	1.197.157
Contratos de "swap" - taxa de juros	717.113	591.862	719.442	594.433
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	1.188.110	635.815	1.360.823	686.488
Contratos de Opção	14.384	32.265	14.384	32.265
Total	3.217.717	2.411.838	3.573.314	2.510.343
Circulante	2.381.925	1.890.443	2.650.958	1.988.948
Não circulante	835.792	521.395	922.356	521.395

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
SMP			945.839	905.601
Concessões do STFC	7.422		36.614	12.936
Total	7.422		982.453	918.537
Circulante	7.422		975.448	911.930
Não circulante			7.005	6.607

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2016	938.834
2017	39.923
2018	3.308
2019	388
Total	982.453

Notas Explicativas**20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL**

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	459.511	475.319	771.707	791.696
REFIS II - PAES	4.336	4.336	2.386	3.392
Total	463.847	479.655	774.093	795.088
Circulante	54.040	42.694	90.186	78.432
Não circulante	409.807	436.961	683.907	716.656

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	31/03/2016				31/12/2015
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	170.363	5.764	199.892	376.019	387.228
Imposto de renda	47.977	3.898	44.590	96.465	100.897
PIS	63.169	1.136	37.937	102.242	104.138
INSS – SAT	522	2.494	4.688	7.704	9.881
Contribuição social	10.961	1.288	12.281	24.530	25.651
CPMF	19.180	2.155	26.976	48.311	48.311
Outros	44.771	5.202	68.849	118.822	118.982
Total	356.943	21.937	395.213	774.093	795.088

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016	40.530	67.639
2017	54.040	90.186
2018	54.040	90.186
2019	54.040	90.186
2020	54.040	90.186
2021 a 2022	108.081	180.371
2023 a 2024	99.076	165.339
Total	463.847	774.093

Notas Explicativas

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhista				
Horas extras	228.552	227.874	330.909	329.510
Adicionais diversos	45.278	46.685	109.240	110.664
Indenizações	57.254	55.558	100.235	99.607
Estabilidade / Reintegração	65.254	65.005	97.491	97.783
Complemento de aposentadoria	59.646	55.131	76.177	70.942
Diferenças salariais	27.459	28.332	37.105	38.013
Honorários advocatícios/periciais	14.015	14.360	24.941	25.291
Verbas rescisórias	6.059	6.045	14.788	15.016
Multas trabalhistas	3.672	3.786	10.368	10.275
Vínculo empregatício	133	166	7.067	6.967
FGTS	4.196	4.530	6.507	6.694
Subsidiariedade	496	483	629	610
Demais ações	25.285	22.805	40.477	38.105
Total	537.299	530.760	855.934	849.477
Tributária				
ICMS	33.180	30.947	342.129	308.144
ISS	238	131	70.833	71.201
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	436	386	29.755	29.394
ILL			3.076	6.882
Demais ações	12.316	14.314	70.172	76.736
Total	46.170	45.778	515.965	492.357
Cível				
Societário	1.105.734	1.111.742	1.105.734	1.111.742
ANATEL	347.555	345.045	1.157.887	1.148.621
Juizado Especial	198.696	208.131	353.988	361.474
Demais ações	209.134	189.089	526.609	471.295
Total	1.861.119	1.854.007	3.144.218	3.093.132
Total das provisões	2.444.588	2.430.545	4.516.117	4.434.966
Circulante	575.155	622.213	972.621	1.020.994
Não circulante	1.869.433	1.808.332	3.543.496	3.413.972

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhista	450.145	425.753	815.956	779.776
Tributária	5.640.347	5.480.219	25.060.898	24.047.529
Cível	402.457	377.159	1.367.174	1.238.279
Total	6.492.949	6.283.131	27.244.028	26.065.584

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2015	530.760	45.778	1.854.007	2.430.545
Atualização monetária	15.526	1.841	45.262	62.629
Adições / (Reversões)	4.485	(1.449)	74.848	77.884
Baixas por pagamentos / encerramentos	(13.472)		(112.998)	(126.470)
Saldo em 31/03/2016	537.299	46.170	1.861.119	2.444.588

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2015	849.477	492.357	3.093.132	4.434.966
Atualização monetária	29.107	11.686	95.897	136.690
Adições / (Reversões)	18.887	12.040	174.028	204.955
Baixas por pagamentos / encerramentos	(41.537)	(118)	(218.839)	(260.494)
Saldo em 31/03/2016	855.934	515.965	3.144.218	4.516.117

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de março de 2016 corresponde a R\$ 5.444.607 (31/12/2015 - R\$ 5.394.597) na controladora e R\$ 15.822.505 (31/12/2015 - R\$ 15.577.522) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2015 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/03/2016	31/12/2015
Capital total em ações		
Ações ordinárias	668.034	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	825.761	825.761
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	148.282	148.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	150.094	150.094
Ações em circulação		
Ações ordinárias	519.752	519.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	675.667	675.667

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Notas Explicativas

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social de R\$ 154 sem emissão de novas ações com capitalização de reserva de investimento.

Em outubro de 2015 foi realizada a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias (Nota 1).

Em 12 de agosto de 2015 foi obtida autorização da ANATEL para realização de redução do capital para cobertura de prejuízos acumulados no montante de R\$ 4.024.184. A Companhia ainda não executou esta redução de capital.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 31 de março de 2016 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria.
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 27), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o agrupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou

Notas Explicativas

títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

Notas Explicativas

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações líquidos de impostos no montante de R\$ 377.429, sendo R\$ 194.464 o montante de impostos. Os custos estão relacionados às seguintes transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol, (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e (3) incorporação da TmarPart pela Oi. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Notas Explicativas

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Varição de porcentagem de participação	Total
Saldo em 31/12/2015	338.226	(377.429)	3.916	(35.287)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	236.808			236.808
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	20.790			20.790
Varição cambial sobre investimento no exterior	(233.460)			(233.460)
Varição cambial sobre investimento no exterior reflexa	(53.545)			(53.545)
Saldo em 31/03/2016	308.819	(377.429)	3.916	(64.694)

(h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

Notas Explicativas

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Prejuízo líquido das operações continuadas	(1.839.340)	(368.872)
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)		(32.445)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(1.839.340)	(401.317)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(1.414.898)	(401.317)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(424.442)	
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	519.752	277.730
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	565.036
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(2,72)	(0,48)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(2,72)	(0,48)
Prejuízo por ação – operações continuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(2,72)	(0,44)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(2,72)	(0,44)
Lucro por ação – operações descontinuadas:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas		(0,04)
Ações preferenciais – básicas e diluídas		(0,04)

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 31 de março de 2016, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos atuariais	132.424	129.881
Circulante	5.530	753
Não circulante	126.894	129.128
Passivos atuariais	564.168	544.020
Circulante	164.654	144.589
Não circulante	399.514	399.431

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de março de 2016.

Notas Explicativas

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e TMAR	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

As obrigações no balanço em 31 de março de 2016 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2015, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2015 e em 31 de março de 2016 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	N/A	13,10%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	Nula	5,10%	N/A	Nula	Nula	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	543.733	544.020
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	20.128	20.148
Saldo em 31 de março de 2016	563.861	564.168

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	124.989	129.881
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	4.094	4.254
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.544)	(1.711)
Saldo em 31 de março de 2016	127.539	132.424

Notas Explicativas

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de março de 2016 e de 2015 é como segue:

	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Residencial	2.393.511	2.490.880
Mobilidade pessoal	2.032.009	2.258.808
Empresarial / Corporativo	2.065.353	2.020.912
Outros serviços e negócios	47.666	70.180
Receita de vendas e/ou serviços	6.538.539	6.840.780
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.586.526)	(1.173.282)
Interconexão	(347.451)	(503.619)
Pessoal	(656.909)	(591.688)
Serviços de terceiros	(1.514.511)	(1.532.383)
Serviços de manutenção de rede	(477.694)	(451.476)
Custo de aparelhos e outros	(61.978)	(137.658)
Publicidade e propaganda	(87.543)	(33.219)
Aluguéis e seguros	(1.084.722)	(875.971)
Provisões / Reversões	(204.955)	(223.144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.801)	(145.525)
Tributos e outras despesas	(290.042)	(417.710)
Outras receitas operacionais, líquidas	(9.996)	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	89.411	755.105
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	183.723	297.907
Despesas financeiras	(2.089.578)	(1.568.048)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.816.444)	(515.036)
Imposto de renda e contribuição social	(22.496)	139.624
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(1.838.940)	(375.412)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	6.538.539	6.840.780
Receitas relativas a outros negócios	216.572	199.155
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	6.755.111	7.039.935

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	31/03/2016 (Reapresentado)	31/03/2015
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	89.411	755.105
Outros negócios	44.420	37.766
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	133.831	792.871

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de março de 2016, são como segue:

	31/03/2016 (Reapresentado)				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	86.107.472	74.257.929	25.961.850	11.539.533	928.707
Outros, principalmente África	7.220.288	596.648	443.654	860.097	48.518

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)	1.902	3.667
Oi Holanda	1.902	3.667
Contas a receber	408.125	1.070.416
BrT Call Center	34.229	40.156
Oi Internet	66.039	22.487
BrT Multimídia	43.112	41.079
Oi Móvel	71.211	782.985
TMAR	193.534	183.709
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	1.933.756	3.353.617
TMAR	1.258.408	2.086.734
Oi Móvel	2.039	1.077.813
PT Participações	673.309	189.070
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	891.270	891.270
TMAR	848.041	848.041
Rio Alto	28.251	28.251
Oi Serviços Financeiros	14.978	14.978
Outros	435.415	342.041
TMAR	42.082	38.540
BrT Call Center	42.945	36.650
BrT Multimídia	13.020	10.051
Oi Móvel	327.296	246.689
Oi Holanda	10.068	10.068
Dommo	4	43

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/12/2015
Passivo		
Fornecedores	548.765	489.081
BrT Call Center	52.916	100.364
Oi Internet	297.680	131.257
BrT Multimídia	105.085	146.559
Oi Móvel	17.896	34.864
TMAR	57.821	59.507
Paggo Administradora	17.367	16.530
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	21.665.657	13.035.521
TMAR	971.210	939.723
Oi Móvel	4.241.784	1.052
Oi Holanda	16.452.558	12.093.929
Oi Internet	105	817
Demais obrigações	95.111	2.339.498
BrT Call Center	411	411
Oi Internet	24.362	25.130
BrT Multimídia	49.601	42.396
Oi Móvel	16.290	18.311
TMAR	897	124.500
PTIF		2.125.200
PT Investimentos	3.550	3.550

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		
Receita dos serviços prestados	103.345	129.437
BrTI		208
Oi Internet	2.330	1.527
BrT Multimídia	1.621	3.072
Oi Móvel	78.631	98.570
TMAR	20.763	23.050
Telemar Internet		260
PT Portugal		2.750
Outras receitas operacionais	9.484	11.976
BrT Call Center		2.215
BrT Multimídia	78	330
Oi Móvel	9.386	9.401
TMAR	20	30
Receitas financeiras	1.396.334	61.600
BrT Call Center		3.651
Oi Móvel	25.972	10.488
Oi Holanda	1.293.989	
TMAR	72.277	27.835
PT Participações	4.096	
PTIF		19.626

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/03/2015
Custos e despesas operacionais	(227.688)	(293.008)
BrT Multimídia	(1.224)	(9.974)
Oi Móvel	(77.950)	(132.764)
TMAR	(16.234)	(17.128)
Paggo Administradora	(836)	(4.134)
BrT Call Center	(131.443)	(127.558)
Oi Internet	(1)	(321)
PT Portugal		(1.038)
PT Inovação e Sistemas		(91)
Despesas financeiras	(283.257)	(83.520)
Oi Móvel	(43.297)	(12.184)
TMAR	(31.971)	(25.591)
Oi Holanda	(136.305)	(38.144)
Oi Internet	(14)	(5.767)
Telemar Internet		(1.834)
PT Portugal	(71.670)	

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2015 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 31 de março de 2016, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 12.583 (31/03/2015 - R\$ 17.738). Adicionalmente, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 31 de março de 2016, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 92 (31/03/2015 – R\$ 53).

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber e outros ativos			4.761	4.916
Outras entidades			4.761	4.916

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Contas a pagar e outros passivos	808		41.911	53.246
Hispanmar	808		39.091	52.425
Outras entidades			2.820	821

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita				
Receita dos serviços prestados			24	7.698
Contax (i)				7.552
TODO				131
Outras entidades			24	15

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(808)	(5.060)	(70.427)	(9.758)
Veotex		(467)		(2.423)
TODO		(4.593)		(7.335)
Hispanmar	(808)		(62.021)	
Outras entidades			(8.406)	

(i) Com os eventos da incorporação da controladora TmarPart (Nota 1) e da dispersão do direito de voto, a Contax passou a não ser apresentada como parte relacionada da Companhia, de acordo com os requerimentos do CPC 5.

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no normal decurso da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 10.865 (31/03/2015 – R\$ 5.974) na controladora e R\$ 10.891 (31/03/2015 – R\$ 6.026) no consolidado.

Notas Explicativas

26. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal, bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Notas Explicativas

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretensão direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Em paralelo, a Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	31/03/2016	31/12/2015
Ativos mantidos para venda	7.220.288	7.686.298
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	290.064	214.413
Contas a receber	108.337	217.992
Dividendos a receber (i)	1.839.793	2.042.191
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	3.381.902	3.541.314
Outros ativos	243.102	230.318
Investimentos	44.593	61.425
Imobilizado	443.654	466.049
Intangível	313.147	356.900
Ágio (“goodwill”) (iii)	555.696	555.696
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	596.648	745.000
Empréstimos e financiamentos	14.928	9.557
Fornecedores	16.763	85.730
Provisões para planos de pensão	797	923
Outros passivos	564.160	648.790
Participação de não controladores (*)	1.133.472	1.190.547
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	5.490.168	5.750.751
Eliminações intragrupo	(303.933)	(295.489)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	5.186.235	5.455.262
Investimentos na África	5.186.235	5.455.262

(*) Representado principalmente pela participação de 25% da Samba Luxco no capital social da Africatel Holdings, BV e, consequentemente, nos seus ativos líquidos.

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. Em 2015, a Companhia registrou os dividendos ainda não recebidos com base no valor esperado de recuperação, tendo nessa avaliação considerado a existência de processos judiciais para cobrança desses valores, a expectativa de decisão favorável desses processos, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos exercícios fiscais de 2010, 2011, 2012 e 2013 no total de US\$ 661milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro de participação indireta de 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento na data da aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. Em 31 de março de 2016 e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas,

Notas Explicativas

o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 3.382 milhões (31/12/2015 – R\$ 3.436 milhões), líquido de provisão para perda em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.208 milhões. A Companhia entende que o valor justo calculado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e utilizando premissas de taxa de desconto (entre 15,5% e 17,5%), taxas cambiais e outros indicadores financeiros oficiais de Angola, corresponde à melhor estimativa quanto ao valor de realização do investimento na Unitel.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou o teste anual de “*impairment*” nos seus ativos relativos as operações na África, tendo apurado uma perda no ágio no montante de R\$ 89.176.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Notas Explicativas

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). As ações da Oi recebidas pela PTIF como resultado da Permuta permanecerão mantidas em tesouraria.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a opção de compra para aquisição de ações da Oi outorgada à Pharol se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “pro rata temporis”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

Notas Explicativas

Até 31 de março de 2016, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, a partir dessa data, deixaram de estar sujeitas à Opção 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalente a 10% das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo $\frac{1}{4}$ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM n.ºs 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 1,6 milhão calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas viáveis de estruturas que viabilizem a participação na consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro. Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação.

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia recebeu uma carta da LetterOne Technology (UK) LLP, sociedade integrante do grupo de investimentos LetterOne (“L1 Technology”), contendo proposta de exclusividade para potencial transação com o fim específico de possibilitar uma consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações S.A. (“TIM Participações”). De acordo com a proposta, a L1 Technology estaria disposta a realizar um aporte de até US\$ 4,0 bilhões na Companhia, condicionada à operação de consolidação.

Após a avaliação da proposta, a Companhia enviou contraproposta à L1 Technology em 28 de outubro de 2015, pela qual a Oi e a L1 Technology conceder-se-iam mutuamente um direito de exclusividade, por um período de sete meses contados de 23 de outubro de 2015, com relação a, especialmente, combinações de negócios envolvendo companhias de telecomunicações ou ativos de telecomunicações no Brasil. Considerando a aceitação da L1 Technology aos termos da contraproposta, a Oi e a L1 Technology passaram a estar vinculadas pela exclusividade pelo prazo de sete meses contados de 23 de outubro de 2015.

Em 25 de fevereiro de 2016, a Oi divulgou Fato Relevante no qual informou ter sido comunicada pela L1 Technology que esta divulgou um comunicado afirmando que foi informada pela TIM que esta não tem interesse em aprofundar negociações a respeito da possibilidade de uma combinação de negócios com a Companhia no Brasil. A L1 Technology informou que, sem a participação da TIM, não pode proceder com a operação da forma anteriormente prevista. Diante desta informação, a Oi avaliará os impactos deste anúncio para as possibilidades de consolidação no mercado brasileiro.

c) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Em 22 de janeiro de 2016, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado anunciando a alteração na proporção do Programa de “*Depository Receipts*”, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (“DR Ordinário”), de modo que cada DR Ordinário, que antes representava

Notas Explicativas

1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias a partir de 1 de fevereiro de 2016.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajuizou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 4”), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5”), PTIF e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi”) pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, a Companhia vinha empreendendo esforços e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. A Companhia, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuarão sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York (“Corte de Falências dos Estados Unidos”) deferiu o pedido de tutela provisória requerida pela Companhia, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como “Devedoras”) nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impede os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindirem os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Notas Explicativas

Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falência dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Companhia, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL – “*United Nations Commission on International Trade Law*” sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) (“Ordens de Reconhecimento”).

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Companhia, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”) deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi, determinando, entre outras medidas, especialmente:

- a) a intimação da ANATEL para apresentar, no prazo de 5 dias, até 5 nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliados para nomeação como administrador judicial;
- b) a ratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no sentido de dispensar as Empresas Oi da apresentação de certidões negativas para que exerçam suas atividades;
- c) a rerratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no tocante à suspensão de todas as ações e execuções por 180 dias úteis;
- d) a suspensão da eficácia de cláusulas inseridas em contratos firmados pelas Empresas Oi que acarretem a extinção de tais contratos em razão do pedido de recuperação judicial;
- e) a permissão para que as Empresas Oi participem de processos licitatórios de todas as espécies;
- f) que as Empresas Oi acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto na Lei nº 11.101/2005;
- g) a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, em face das Empresas Oi, pelo prazo de 180 dias úteis;

Notas Explicativas

- h) a apresentação por parte das Empresas Oi das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;
- i) que sejam oficiadas todas as Presidências e Corregedorias Gerais de Justiça do Brasil (Tribunais Superiores, Estaduais e Federais), e Corregedorias dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, informando a suspensão das ações nos termos explicitados na decisão e solicitando a expedição de aviso às respectivas serventias judiciais subordinadas, no sentido de que: I) a habilitação dos créditos sujeitos à recuperação judicial deverá ser formalizada nos termos da Lei nº 11.101/2005, e não se processará de ofício, mas sim, mediante requerimento formal do próprio credor, instruído da devida certidão de crédito, e II) as ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art.6º, § 1º da Lei nº 11.101/2005, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução; e os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, cabendo ao juízo da recuperação judicial a análise do caso concreto; e
- j) que os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do comitê de credores ou substituição de seus membros, observado o disposto na Lei nº 11.101/2005.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interpôs agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o “Administrador Judicial”) das Empresas Oi.

Diante da retratação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e

Notas Explicativas

adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi (“Primeira Lista de Credores”). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores soma, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a “Habilitação de Crédito” ou “Habilitação”), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a “Divergência”), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. No entanto, ressalta-se que o PRJ aditado ainda não foi apresentado em juízo.

Atualmente, o Administrador Judicial está revisando a Primeira Lista de Credores e, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o Administrador Judicial apresentar esta segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias úteis após o fim do prazo para apresentação das Habilitações de Crédito e Divergências (“Segunda Lista de Credores”). Este prazo havia sido estendido para abril de 2017, no entanto, em 31 de março de 2017 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. da função de administrador financeiro pelo Consórcio BDOPro e, conseqüentemente, suspendeu o prazo para apresentação da Segunda Lista de Credores. Em 7 de abril de 2017, a BDOPro declinou da nomeação, tendo o juízo da 7ª Vara Empresarial nomeado, em 10 de abril de 2017, o Escritório Wald e Advogados Associados como o único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi. Por determinação do Juízo da Recuperação Judicial, o Administrador Judicial terá que apresentar a 2ª Lista de Credores até o dia 15 de maio de 2017.

A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores (a “Impugnação”); e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a “Objeção”).

O Plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo Juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo juiz.

No contexto da operação da recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados aumentaram em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e conseqüente suspensão de pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram: caixa, equivalentes de caixa, aplicações

Notas Explicativas

financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Processos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF

Em 9 de agosto de 2016 e 30 de setembro de 2016, devido ao risco de que o processo de recuperação judicial promovido no Brasil não seja diretamente reconhecido na Holanda, exemplificativamente com base em algum tratado ou regulamento, a Oi Holanda e a PTIF ajuizaram, cada uma, um pedido para viabilizar a suspensão de pagamentos (“*verzoekschrift tot aanvragen surseance van betaling*”) junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã e, simultaneamente, apresentaram minuta do plano de composição àquele Tribunal (“*akkoord*”).

Os pedidos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF foram temporariamente concedidos pelo Tribunal do Distrito de Amsterdã em 9 de agosto de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente. Na decisão que deferiu o pedido de suspensão de pagamentos, foram nomeados administradores judiciais (em conjunto, os “Administradores Holandeses”) na Holanda para a Oi Holanda e para a PTIF.

Em 1 de dezembro de 2016, os Administradores Holandeses apresentaram pedidos de conversão dos processos de suspensão de pagamentos da PTIF e da Oi Holanda em falência (em conjunto, os “Pedidos de Conversão”). Em 12 de janeiro de 2017 foram realizadas audiências para deliberar sobre os Pedidos de Conversão, oportunidade na qual o Tribunal Holandês informou que iria proferir decisão a respeito no dia 26 de janeiro de 2017. No entanto, em 26 de janeiro o julgamento dos Pedidos de Conversão foi adiado para 2 de fevereiro de 2017, data em que o Tribunal Holandês rejeitou os Pedidos de Conversão, mantendo assim os processos de “*Suspension of Payments*” da Oi Holanda e da PTIF.

Em 10 de fevereiro de 2017, determinados credores apresentaram recursos contra as decisões que rejeitaram os Pedidos de Conversão da Oi Holanda e da PTIF (“Recursos”). Em 20 de fevereiro de 2017 a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 29 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos. No dia 29 de março de 2017, as audiências foram realizadas, tendo a Corte de Apelação informado que tem a intenção de divulgar as respectivas decisões em 19 de abril de 2017. No dia 19 de abril de 2017, a Corte de Apelação deferiu os Recursos e determinou que os procedimentos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF sejam convertidos em procedimentos de falência na Holanda. Tais decisões da Corte de Apelação Holandesa estão restritas à jurisdição e lei holandesas, não são definitivas e são objeto dos recursos, que foram interpostos pela Oi Holanda e pela PTIF, perante a Suprema Corte Holandesa em 1 de maio de 2017.

Propostas de pagamento do Plano de Recuperação Judicial, de acordo com o plano de recuperação judicial apresentado pelas Empresas Oi em 5 de setembro de 2016

Classe I – Créditos Trabalhistas:

Os créditos trabalhistas serão pagos em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 180 (cento e oitenta) dias contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Os credores trabalhistas já reconhecidos na data prevista para realização do primeiro pagamento aos credores trabalhistas e que tiverem depósitos judiciais efetuados pelas Empresas Oi em seu favor serão pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de

Notas Explicativas

Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, desde que observadas as condições previstas para tanto no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi.

O crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade de previdência privada vinculada às Empresas Oi, será pago em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 5 (cinco) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Sobre o valor principal do crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelo índice do INPC mais 5,5% ao ano. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

Classe II – Créditos com Garantia Real:

Os créditos com garantia real serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Sobre o valor principal dos créditos com garantia real incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelas taxas originalmente contratadas. Os juros e a correção serão capitalizados ao valor do principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e serão pagos semestralmente, em moeda corrente nacional, após 90 (noventa) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o pagamento total do principal.

Até o pagamento integral do crédito de titularidade do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, serão observadas as Disposições Aplicáveis aos contratos BNDES, na medida em que não sejam conflitantes com o Plano de Recuperação Judicial.

Classe III - Créditos Quirografários, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados:

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia útil após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão aderir ao pagamento em uma única parcela, desde que concordem em receber apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Além do pagamento linear, o Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os credores Classe III, observadas as condições aplicáveis a cada uma das opções.

Reestruturação sem conversão de ações:

A opção tem uma parte de até R\$ 9.336.470.321,65 (nove bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos) representada em reais, e uma parte de até US\$ 1.872.540.394,72 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro Dólares e setenta e dois centavos de Dólares dos Estados Unidos) representada em Dólares e/ou Euros, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

O pagamento da amortização do principal se dará em 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
21º a 24º	3,75%
25º a 28º	5,0%
29º e 30º	7,5%
31º a 34º	12,5%

Sobre o valor principal incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros correspondentes à maior taxa entre (i) 8% ao ano e (ii) TR + 1% ao ano, para dívidas em reais, e 1,25% para os créditos denominados originalmente em Dólares dos Estados Unidos ou em Euros. Os juros serão capitalizados ao principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos semestralmente.

Reestruturação com conversão:

A opção está disponível para os credores com crédito superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e observará o limite de R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), bem como as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Os credores que escolherem essa opção de pagamento terão seus créditos utilizados para integralização de valores mobiliários, sendo pelo menos um desses valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou que deem direito à subscrição de ações ordinárias da Oi ou de sociedade que venha a substituí-la de acordo com as determinações do Plano de Recuperação Judicial.

Os valores mobiliários conversíveis (ou que deem direito à subscrição de ações) terão valor de face denominado em Dólares dos Estados Unidos, Euros ou Reais ou serão denominados em reais e remunerados de acordo com a taxa cambial aplicável para Dólares dos Estados Unidos ou Euros, com valor total correspondente ao produto da multiplicação do valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) pelo resultado da divisão do valor dos créditos que escolherem a reestruturação com conversão por R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Durante 3 (três) anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do plano na jurisdição do credor, ao final de cada semestre, as Empresas Oi poderão resgatar, total ou parcialmente, os valores mobiliários pelo valor correspondente ao saldo do principal dos valores mobiliários conversíveis, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Novos Recursos:

Os credores que concederem novos créditos às Empresas Oi, até o limite de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em reais convertido na data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, terão as condições de pagamento dos novos créditos aplicadas igualmente aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, proporcionalmente

Notas Explicativas

de acordo com a moeda em que concedidos os novos recursos, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Os créditos serão pagos em cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 6 (seis) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

A partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, incidirão juros e correção monetária correspondentes à taxa CDI + 0,25% para os novos recursos emprestados em reais, e LIBOR + 1,5% para os novos recursos emprestados em Dólares dos Estados Unidos.

Modalidade de Pagamento Geral:

O credor que escolher esta opção, ou que tiver seu saldo alocado em razão das condições e limites das demais opções, terá seu crédito pago em 9 (nove) parcelas anuais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 10 (dez) anos contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo e observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Anos	Percentual do valor a ser amortizado
11º e 12º	7,5%
13º e 14º	10,0%
15º a 19º	13,0%

Sobre o valor principal do crédito incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, juros e correção monetária correspondentes a 0,5% + Taxa Referencial para créditos denominados em reais, e 0,5% ao ano para créditos denominados em Dólares dos Estados Unidos ou Euros. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal e pagos com a última parcela de amortização do principal.

Credores Parceiros Depósitos Judiciais:

Os credores classe III que têm depósito judicial efetuado pelo Grupo Oi em seu favor no âmbito da respectiva ação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi poderão ter seus créditos pagos mediante o levantamento dos valores depositados, até o limite do valor reconhecido como devido pelo Grupo Oi, observados os percentuais de deságio da tabela abaixo e as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0,0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15,0%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20,0%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30,0%
Acima de R\$ 150.000,00	50,0%

Notas Explicativas

Credores Fornecedores Parceiros:

Os credores que são fornecedores de bens ou serviços das Empresas Oi e que atendam às condições previstas no Plano de Recuperação Judicial terão os créditos no valor de até R\$ 150.000,00 pagos em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nas mesmas condições originalmente contratadas.

O saldo devedor que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR mais 0,5% (meio por cento) ao ano a contar da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Multas Administrativas:

As condições de quitação do crédito serão estabelecidas através de transações, previamente autorizadas pela diretoria das Empresas Oi e com o referendo do Conselho de Administração, resultantes de mediação a ser instaurada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a supervisão do Juízo da Recuperação Judicial e a participação de representantes da Administração Pública, com a possibilidade de participação opinativa de representantes do Tribunal de Contas competente, nos termos das Leis nºs 9.469/1997 e 13.140/2015, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Foram estabelecidas como diretrizes da transação (i) ações das Empresas Oi para melhoria do serviço, especialmente com alguma relação à suposta conduta descumprida; e (ii) conversão da multa em obrigação de fazer, seja com investimentos em infraestrutura das Empresas Oi, benefícios aos consumidores dos serviços prestados e/ou levantamento de valores já depositados judicialmente para os processos relativos a tais multas administrativas.

Classe IV – Créditos de Microempresários (“ME”) e Empresas de Pequeno Porte (“EPP”):

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia útil após a homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão aderir ao pagamento em uma única parcela, desde que concordem em receber apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito.

O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento aos credores ME e EPP, observadas as condições e regras de cada opção.

Credores ME e EPP Depósitos Judiciais:

Os credores ME e EPP que têm depósito judicial efetuado pelas Empresas Oi em seu favor no âmbito da respectiva ação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi terão seus créditos pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Credores ME e EPP Fornecedores Parceiros:

Os créditos no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão pagos em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nas mesmas condições originalmente contratadas.

O saldo devedor que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de 0,5% + TR a conta da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Condições Financeiras Básicas a serem ajustadas no PRJ

Conforme divulgado por meio de comunicado ao mercado de 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, as quais seguem resumidas abaixo, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Companhia a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. No entanto, ressalta-se que o PRJ aditado, já contemplando estas alterações aprovadas pelo Conselho de Administração mencionadas acima, ainda não foi apresentado em juízo:

Classe II:

- Prazo total de pagamento: 15 anos
 - 6 anos de carência do principal;
 - 9 anos de amortização semestral não linear;
- Manutenção das taxas de juros contratuais (TJLP + 2,9% a.a.)
- 4 anos de carência de juros

Classe III - Reestruturação com conversão: combo de ações e novo “bond”

- Novo “bond”:
 - Emissão de “bond” no valor de R\$ 2,8 bilhões;
 - Vencimento em 2027;
 - Juros de 6% PIK (USD);
- Ações:
 - Disponibilização de 25% do capital post Money;
 - Recebimento de ações na partida e/ou título conversível em ações por decisão do credor. A escolha da opção de qual título deverá ser utilizado ficará a critério da diretoria da Oi
- “Bond” conversível e “callable”:
 - Emissão de “bond” no valor de R\$ 3,9 Bilhões;
 - Juros de 6% PIK (USD);
 - “Callable” semestralmente;
 - “Cash sweep” de 100% do valor líquido da venda de ativos da Africatel até o 36º mês;
 - Conversão no 36º mês, caso não ocorra resgate;

Notas Explicativas

- Conversão em 17% adicionais do capital pós conversão (participação final de 38%; ações + pós conversão dos “bonds”)
- Outros:
 - Outros títulos ou valores mobiliários ou ajustes na formatação dos anteriores, que gerem valor para os “stakeholders”, sem impacto direto no percentual de “recovery” negociado;
 - Caso seja exercido direito de preferência pelos acionistas atuais, os recursos serão utilizados para a quitação da porção “equity” dos credores que optarem pela conversão;

Classe III - Reestruturação sem conversão:

- Limite de US\$ 1,78 bilhões:
 - Prazo total de pagamento: 16 anos
 - 6 anos de carência de principal e juros;
 - 10 anos de amortização semestral não linear;
 - Taxa de 1,25% a.a (US\$)
- Limite de R\$ 9,34 bilhões:
 - Prazo total de pagamento: 16 anos
 - 6 anos de carência de principal e juros;
 - 10 anos de amortização semestral não linear
 - Taxa de 65% CDI

Além das alterações acima, também foi aprovada a previsão de “cash sweep” e “covenants” financeiros:

“Cash sweep”:

- Assumindo venda de ativos relevantes (exceto ativos da Africatel até 36 meses), haverá distribuição para credores de 50% do valor líquido da venda, observando a recomposição do caixa mínimo definido como 19,8% da receita operacional líquida antes da aplicação do critério;
- “Cash sweep” de 50% do caixa operacional que superar o caixa mínimo, definido como 19,8% da receita operacional líquida antes da aplicação do critério, apurado a cada 2 anos;
- Amortização pró rata de credores financeiros e fornecedores ao saldo da dívida no momento do pré-pagamento;
- Quitação das parcelas em ordem cronológica de vencimento (primeira para a última)

“Covenants” financeiros: limitação de pagamento de dividendos enquanto a dívida líquida/EBITDA for maior do que 2,5x.

Mediação

Em 19 de dezembro 2016, foi deferida a instauração de procedimentos de mediação, extensíveis a todo e qualquer credor que deseje receber um adiantamento de 90% de seu crédito, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme determinadas condições estabelecidas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Notas Explicativas

Em 24 de novembro de 2016, as Empresas Oi participaram de uma audiência de mediação com a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial, com vistas a dar início às tratativas para equacionamento das dívidas sujeitas à recuperação judicial. Os mediadores já foram nomeados, e conversas estão sendo conduzidas entre os interessados, com o auxílio dos mediadores, com a finalidade de se alcançar uma composição amigável.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	98.125	104.174	236.834	51.646
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	42.880	69.694	56.199	82.082

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Oi S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

Base para abstenção de conclusão

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 28 às informações contábeis intermediárias, em 29 de junho de 2016, a Oi S.A. e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial (Plano), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores (AGC) estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre condições relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as informações contábeis intermediárias não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data de finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativos conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de março de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do trimestre findo naquela data. Adicionalmente, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, datada de 23 de março de 2016, conteve modificação relativa ao não reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) no valor de R\$ 7.211.353 mil. Nosso relatório de revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do trimestre findo em 31 de março de 2016 e valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Ênfase – Reapresentação das informações contábeis intermediárias e Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Em 10 de maio de 2016 emitimos relatório de revisão com modificações sobre as Informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.b, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o ajuste dos efeitos do acervo líquido relacionado ao tratamento contábil da mais valia de ativos registrada no ativo não circulante da Telemar Participações S.A. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida em nosso relatório anteriormente emitido não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório não contém qualquer modificação relacionada a esse assunto. Nosso presente relatório considera estas alterações e os assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão” relacionados ao Plano de Recuperação Judicial e valor recuperável de ativos e substitui o anteriormente emitido. Nossa conclusão não está ressalvada, adicionalmente, em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia,

apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre elas.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4